



Situação Social nos Estados

Goiás



Situação Social nos Estados

Goiás

ipea
Brasília, 2012

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

SITUAÇÃO SOCIAL NOS ESTADOS

Coordenação

Jorge Abrahão de Castro
Herton Ellery Araújo
Ana Luiza Machado de Codes Lima

Apoio técnico

Cristiane Ala Diniz
Janaína Carvalho dos Santos
Lana Torres Barreto
Thaysa Guimarães Souza

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INDICADORES SOCIAIS NOS ESTADOS BRASILEIROS: O CASO DE GOIÁS.....	7
DEMOGRAFIA	9
PREVIDÊNCIA.....	11
REND A, POBREZA E DESIGUALDADE.....	13
SAÚDE.....	18
SEGURIDADE	20
TRABALHO E RENDA DO TRABALHO	22
EDUCAÇÃO.....	25
SANEAMENTO E HABITAÇÃO	28
CULTURA.....	32
OUTRAS PERSPECTIVAS	35
ANEXOS	36
ANEXO 1.....	36
ANEXO 2.....	49

APRESENTAÇÃO

A iniciativa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea de publicar esta série – *Situação Social nos Estados* – busca suprir uma lacuna e complementar as tradicionais séries de análises desenvolvidas pela instituição na área social. Contribui-se, dessa forma, para o cumprimento da missão de produzir e disseminar conhecimento a fim de melhorar as políticas públicas tanto no aspecto nacional como também nas esferas mais descentralizadas do país.

Para tanto, esta publicação apresenta e analisa brevemente alguns temas sociais selecionados, utilizando um conjunto de dados e informações para entender a evolução e o quadro atual da situação social vivida pela sociedade brasileira, em cada um dos estados brasileiros e no Distrito Federal.

Os temas foram selecionados por área de interesse das políticas sociais: demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação, cultura e desenvolvimento agrário.

Para dar conta do tipo de abordagem proposta, a fonte de informação mais completa, em termos de abrangência territorial e periodicidade, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE). Entretanto, quando a PNAD não foi suficiente, utilizaram-se também outras fontes de dados. Além disso, restringiu-se o período de análise a 2001-2009.

O presente documento trata do estado de Goiás como parte específica da série. Para cada estado, é possível comparar a situação no estado à média da região a que pertence e à média nacional. Por outro lado, há também a possibilidade de análise intraestadual, na qual o indicador médio do estado é confrontado com suas situações urbana e rural.

As diferentes seções apresentadas servem ao propósito de conferir tratamento múltiplo aos temas. Primeiro, apresenta-se análise dos principais indicadores selecionados para cada tema proposto. Em seguida, o anexo 1 oferece uma série de 34 indicadores para que o leitor faça suas próprias análises. Por último, o anexo 2 apresenta glossário de indicadores e suas respectivas metodologias de construção.

Os Editores

INDICADORES SOCIAIS NOS ESTADOS BRASILEIROS: O CASO DE GOIÁS

Dois eventos, que marcaram o fim dos anos 1980 e o começo dos anos 1990 no Brasil, possibilitaram uma mudança no quadro socioeconômico do país nas últimas duas décadas: a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, que definiu novos marcos para a abrangência das políticas sociais; e a estabilização monetária obtida com o Plano Real em 1994, que permitiu ao país voltar a planejar políticas públicas com um horizonte mais controlável do ponto de vista econômico.

A primeira década dos anos 2000 já reflete os impactos decorrentes daqueles eventos. O objetivo desta série de publicações é mostrar, por meio de alguns indicadores selecionados, as mudanças sociais que são fruto do desempenho econômico do Brasil e também das escolhas políticas feitas nesse período.

Os indicadores foram selecionados por área de atuação das políticas sociais: demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação, cultura e desenvolvimento agrário.

Para abordar essas áreas, a fonte de informação mais completa, em termos de abrangência territorial e periodicidade, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).¹ Entretanto, a PNAD não foi suficiente para tudo, sendo então utilizados os dados da Rede Interagencial de Informações para a Saúde do Ministério da Saúde (Ripsa/MS). Além disso, para simplificar, apresentam-se as fontes de dados de cada indicador no anexo 2.

Este volume sobre Goiás integra uma série de publicações, organizada por estado. Em cada uma delas, o leitor pode comparar a situação do estado à média da região a que pertence e à média nacional. Por outro lado, há também a possibilidade de uma análise intraestadual, na qual o indicador médio do estado é confrontado com suas situações urbana e rural.

1. Existe uma variabilidade inerente, de ano para ano, aos indicadores advindos da PNAD, por se tratar de uma pesquisa amostral. Mostraremos os indicadores calculados a partir dos microdados de cada ano. Contudo, depreenderemos dali as tendências gerais ao longo do período.

O quadro-síntese a seguir apresenta alguns indicadores, que serviram de base para uma abordagem inicial. Entretanto, o leitor pode fazer uma análise mais completa utilizando o anexo estatístico, que oferece gama maior de indicadores para cada área em questão.

QUADRO 1
Quadro-síntese da situação social – Brasil, Centro-Oeste e Goiás

Áreas de atuação política	Indicadores	Resultados/valores mais recentes		
		Brasil	Centro-Oeste	Goiás
Demografia	Taxa de fecundidade total	1,90	1,84	1,84
	Razão de dependência de idosos (60 ou mais)	15,33	12,95	13,62
Previdência social	Cobertura da população idosa (60 ou mais)	77,37	67,03	68,05
	Esperança de vida aos 60 anos ¹	21,30	21,90	21,70
Pobreza e desigualdade	Extrema pobreza	5,16	2,92	3,16
	Renda Domiciliar <i>per capita</i>	631,71	756,48	629,55
	Índice de Gini	54,01	55,58	50,44
Saúde	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) ²	20,00	16,50	17,00
	Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) ³	94,30	96,50	96,50
Seguridade	Percentual da renda com transferências	20,74	15,08	14,61
Trabalho e renda	Desemprego	8,16	7,57	7,35
	Rendimento médio do trabalho (salário)	1.116,39	1.326,09	1.104,60
Educação	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	9,70	7,98	8,61
	Número médio de anos de estudos (15 anos ou mais)	7,55	7,86	7,51
Saneamento e habitação	Abastecimento adequado de água	87,72	90,55	89,10
	Acesso à energia elétrica	98,82	99,74	99,76
Cultura	Telefone celular no domicílio	81,05	90,27	89,86
	Internet no domicílio	28,14	29,67	23,41
Desenvolvimento agrário	Cobertura da população idosa (rural)	86,49	72,88	74,19
	Extrema pobreza (rural)	12,64	5,16	3,49
	Renda domiciliar <i>per capita</i> (rural)	314,25	430,99	438,77
	Índice de Gini (rural)	49,02	47,67	47,78
	Rendimento médio do trabalho (salário) (rural)	625,45	845,11	816,74
	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) (rural)	22,77	15,19	15,18
	Acesso à energia elétrica (rural)	93,29	98,29	98,62
	Telefone celular no domicílio (rural)	54,49	74,72	77,62
Internet no domicílio (rural)	4,25	7,35	4,02	

Fontes: PNAD 2009/IBGE e Ripsa/MS.

Notas:¹ Os valores da esperança de vida aos 60 anos apresentados representam 2008.

² Os valores da taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) apresentados representam 2007.

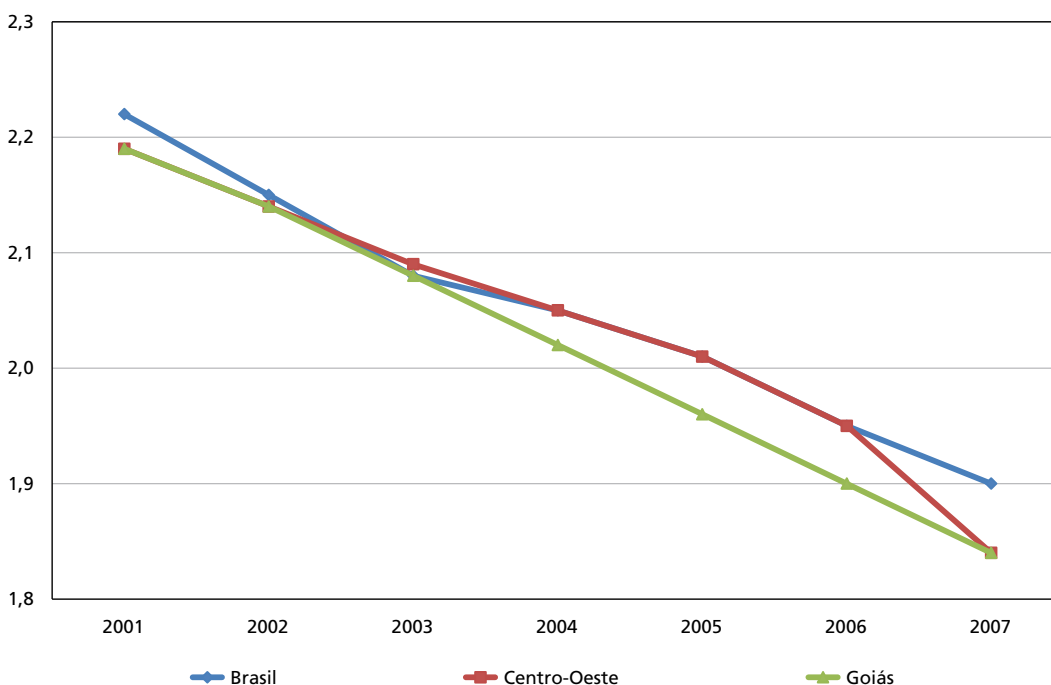
³ Os valores da taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) apresentados representam 2007.

DEMOGRAFIA

Goiás, estado pertencente à região Centro-Oeste do Brasil, possui cerca de 5,9 milhões de habitantes, o que representa 3,1% da população brasileira e 42,6% da do Centro-Oeste. Mais de 10% da população goiana vive nas zonas rurais de seus municípios. Esse percentual é menor do que o da região Centro-Oeste (11,9%), sendo também inferior à média nacional (15,6%).

A fecundidade em Goiás é menor do que no Brasil, tendendo a se aproximar do Centro-Oeste. Assim como as demais, encontra-se em trajetória de queda. O Brasil já apresenta uma taxa de fecundidade (1,90) abaixo da de reposição (2,10), o que significa que nossa população começará a decrescer daqui a cerca de 30 anos. No caso de Goiás (1,84) e do Centro-Oeste (1,84), essas taxas são ainda menores.

GRÁFICO 1
Taxa de fecundidade total



A razão de dependência de idosos, por sua vez, é menor em Goiás (13,62) do que no Brasil (15,33) e maior do que no Centro-Oeste (12,95).

GRÁFICO 2
Razão de dependência demográfica – idosos

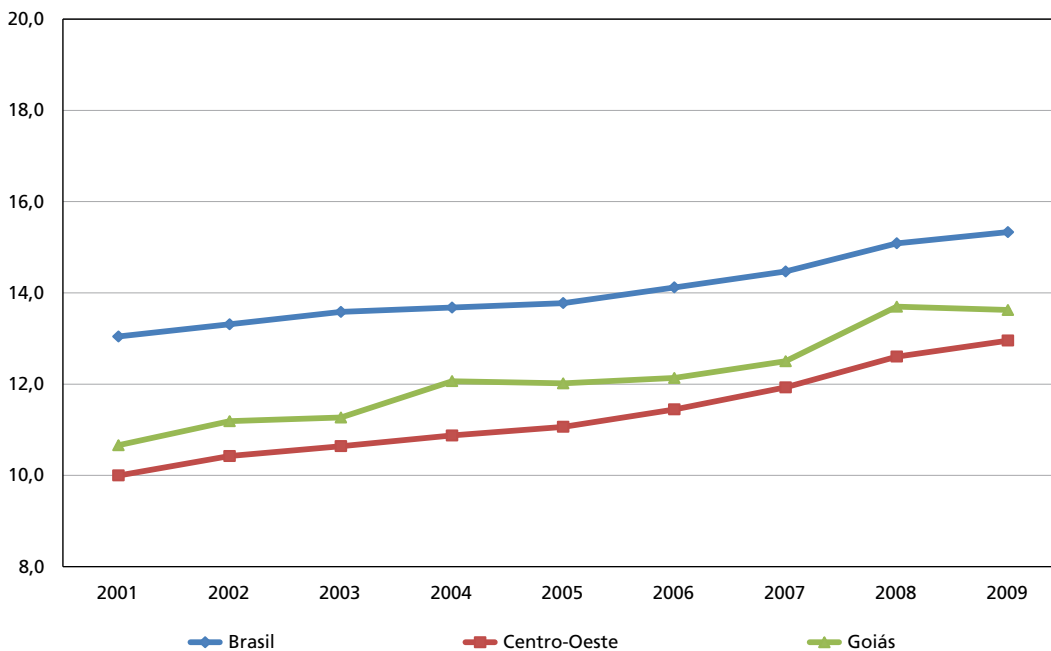
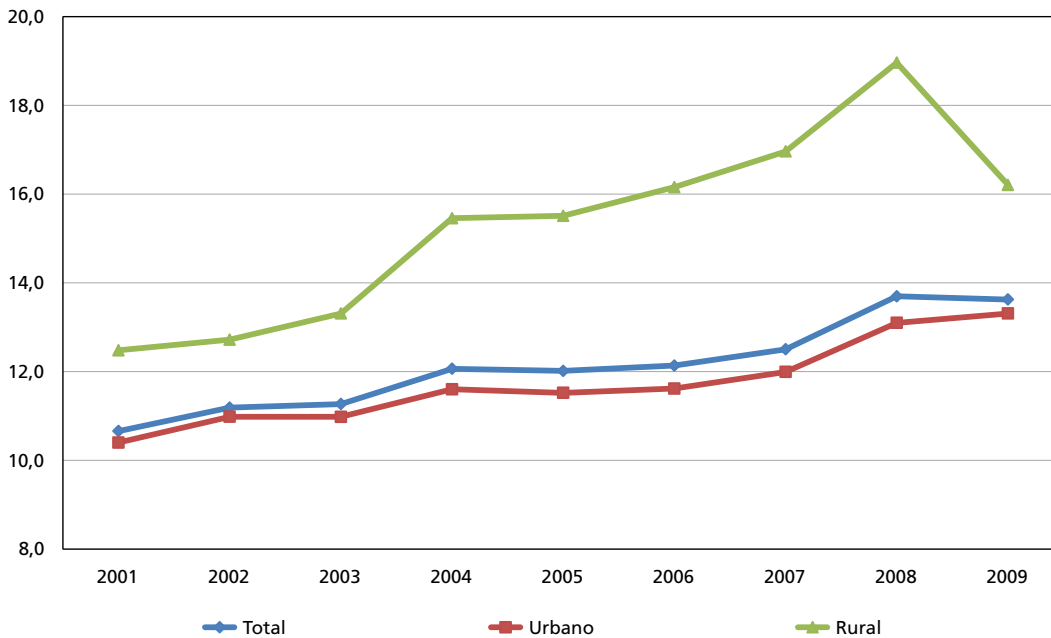


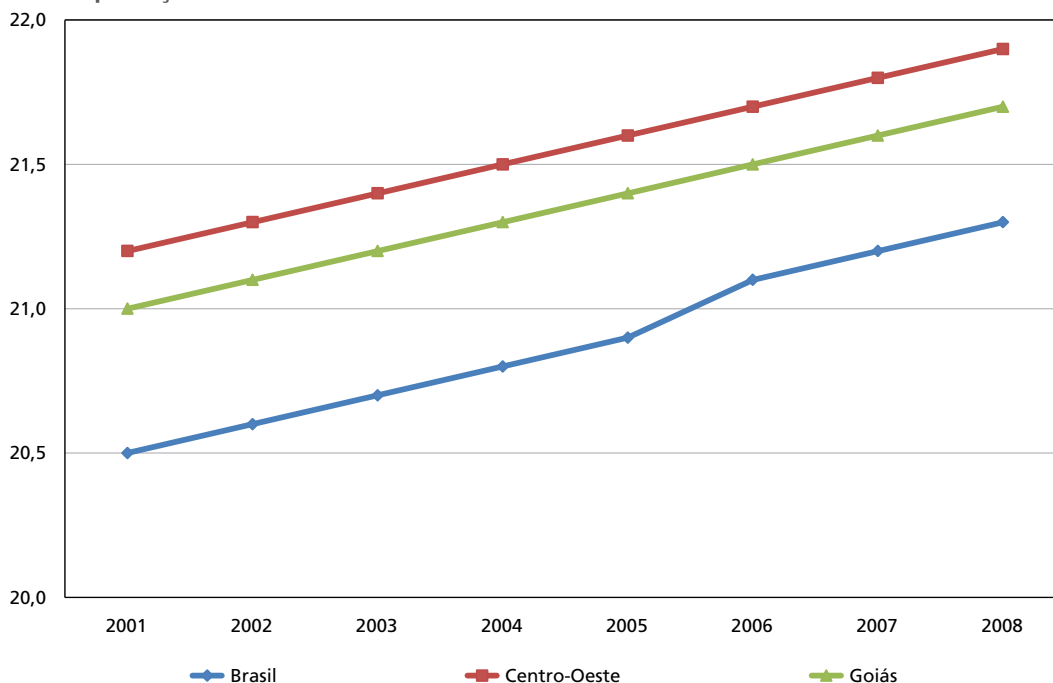
GRÁFICO 3
Razão de dependência demográfica – idosos – Goiás



PREVIDÊNCIA

Os indicadores de previdência social fornecem uma sinalização de como a população idosa de Goiás vive de maneira mais saudável, relativamente aos demais cidadãos brasileiros, mas aquém da média do Centro-Oeste. A tomar pela esperança de vida aos 60 anos² – trata-se de estimativa de quantos anos mais uma pessoa de 60 anos de idade ainda vai viver –, tem-se que um goiano, em 2001, tinha a expectativa de viver mais 21 anos, quando completasse 60 anos de idade. Essa expectativa passou a ser de 21,7 anos, em 2008. Para um brasileiro, essa projeção era de 20,5 anos em 2001 e de 21,3 anos em 2008 e, para um do Centro-Oeste, de 21,2 e 21,9 anos.

GRÁFICO 4
Esperança de vida aos 60 anos de idade

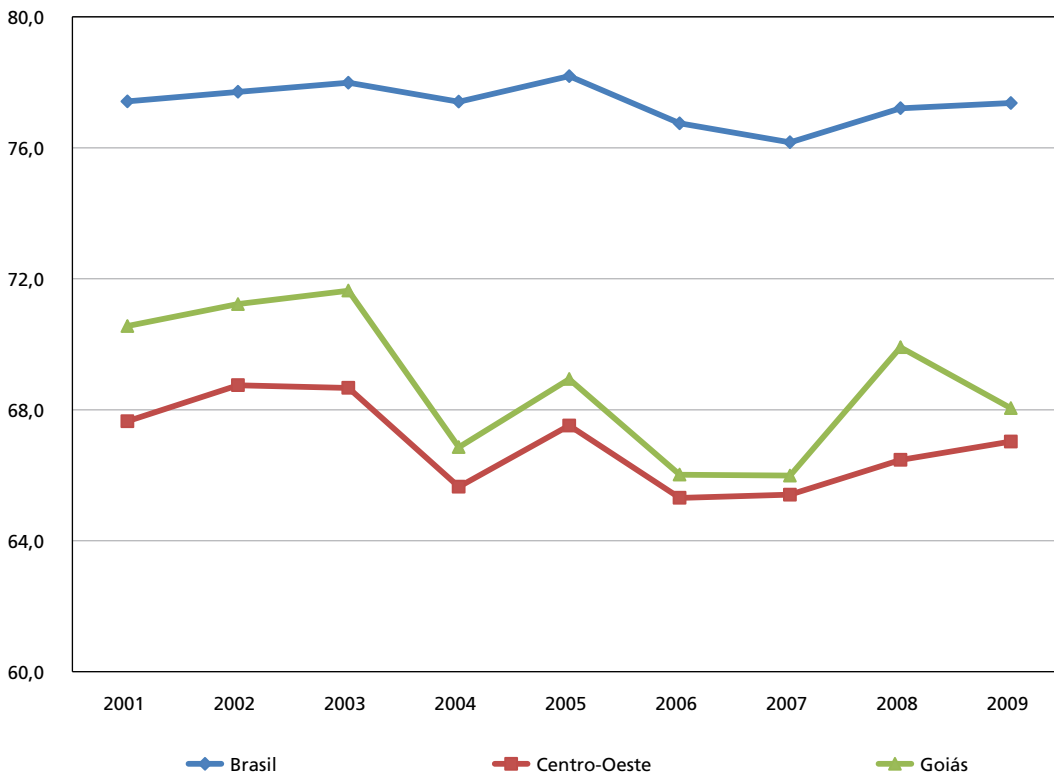


2. Os valores da esperança de vida aos 60 anos representam 2001 a 2008. Ainda não foram calculados os valores para 2009.

Outro indicador utilizado na área da previdência social é a cobertura da população idosa (60 anos ou mais) em relação aos benefícios previdenciários e assistenciais.³ Esses índices sinalizam a condição de vulnerabilidade em que vive a população, ao mesmo tempo que evidenciam a abrangência da atuação do Estado na seguridade social. Em 2001, enquanto 77,4% da população idosa do Brasil e 67,6% da do Centro-Oeste eram cobertas pela previdência social, em Goiás, essa cifra era de 70,6%. Em 2009, esses totais passaram a ser de 77,4%, 67% e 68%, respectivamente.

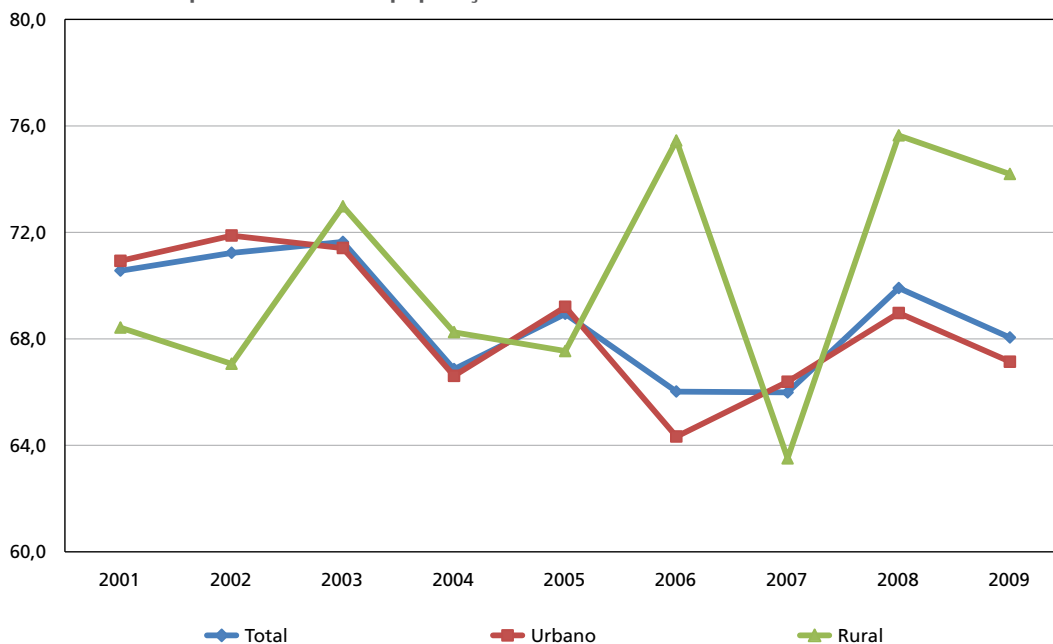
Com relação à população rural de Goiás, os índices são voláteis, mas sinalizam que a cobertura era de 68,4% em 2001, passando a 74,2% em 2009.

GRÁFICO 5
Cobertura previdenciária da população idosa



3. Na PNAD, não é possível distinguir a aposentadoria do Benefício de Prestação Continuada do idoso.

GRÁFICO 6
 Cobertura previdenciária da população idosa – Goiás



RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

Para captar o poder aquisitivo da população, utilizamos o indicador da renda domiciliar *per capita*, pois ele contempla todas as fontes de renda que uma família pode possuir, dividido pela quantidade de componentes da família. Expressa, portanto, a parcela da renda que é efetivamente apropriada por cada membro da família para seus gastos.

O Brasil, que apresentava a renda domiciliar *per capita* de R\$ 511,5, em 2001, subiu para R\$ 631,7, em 2009, perfazendo aumento real de 23,5% no período. O indicador do Centro-Oeste passou de R\$ 560,5 para R\$ 756,5 (aumento real de 35%). No caso de Goiás, o indicador era de R\$ 465,2, em 2001, elevando-se para R\$ 629,6, em 2009. Com esse aumento de 35,3% ao longo do período, o estado igualou-se à média nacional, permanecendo aquém do Centro-Oeste.

Em Goiás, as desigualdades de renda média diminuíram entre os contextos urbano e rural, pois o incremento na renda domiciliar *per capita* da zona rural (52,8%) foi

superior ao observado na urbana (33,3%). Na área rural, ela passou de R\$ 287,1 em 2001, para R\$ 438,8, em 2009. Contudo, a discrepância entre as magnitudes desses indicadores rurais e urbanos chama atenção. Por mais que se argumente que a economia das cidades é mais monetizada do que a rural, diferenciais tão acentuados de renda são, no mínimo, desafiadores para as políticas sociais.

GRÁFICO 7
Renda domiciliar *per capita* média
 (Em R\$)

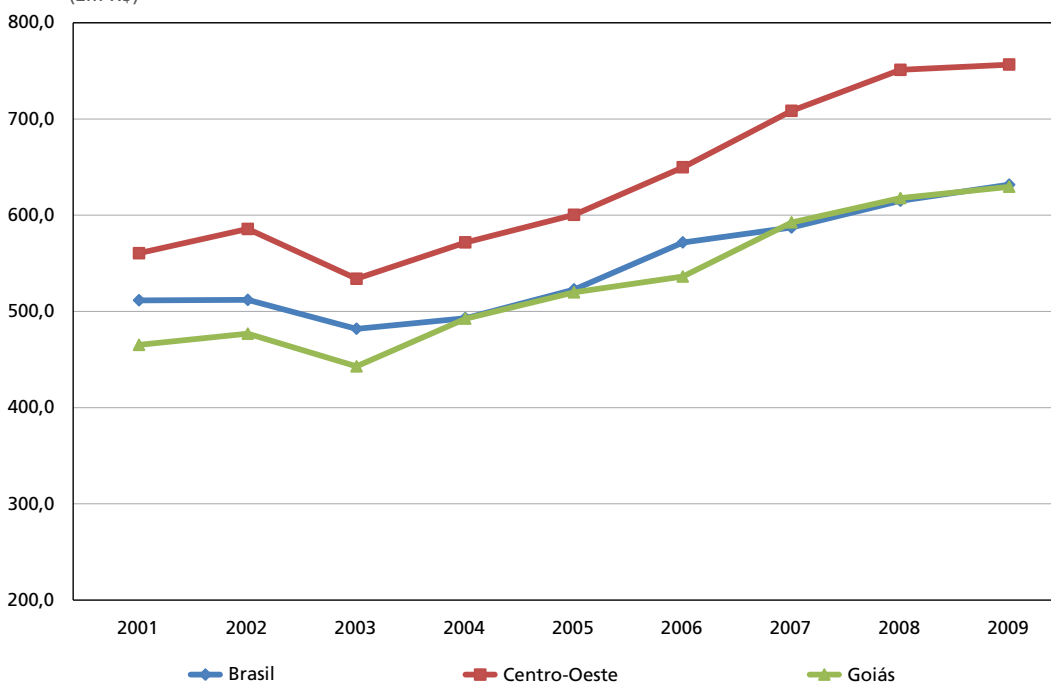
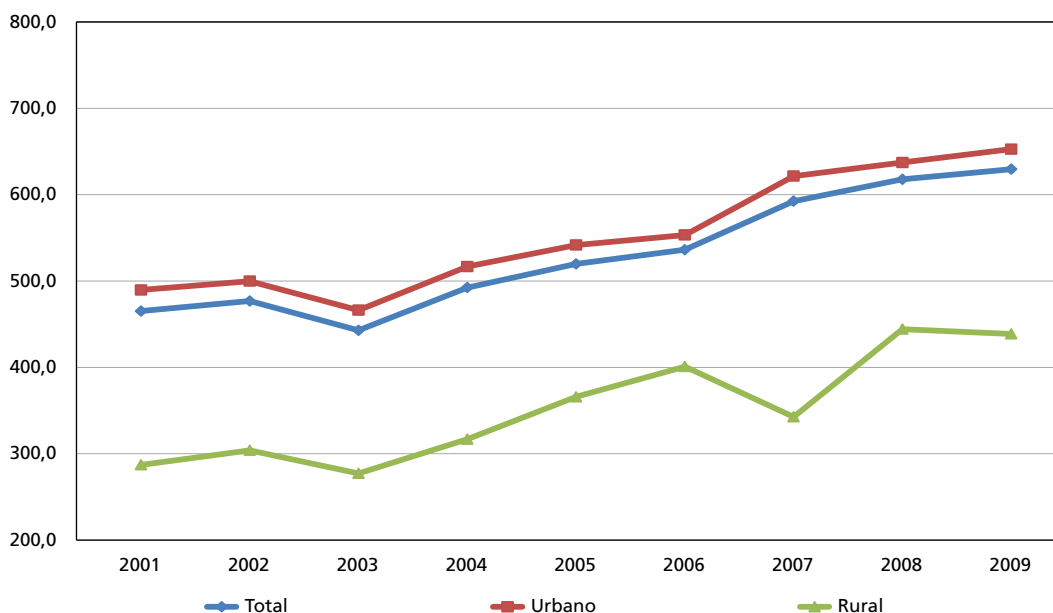


GRÁFICO 8
Renda domiciliar *per capita* média – Goiás
 (Em R\$)



Sob o ponto de vista da pobreza extrema – ou seja, daqueles que auferem uma renda per capita inferior a R\$ 67,07, por mês, em setembro de 2009 e para os anos anteriores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao consumidor (INPC)⁴ –, Goiás apresenta tendência de queda. Em 2001, 6,5% da população vivia em pobreza extrema, sendo que essa proporção diminuiu para 3,2% em 2009. Essa trajetória foi similar à ocorrida na região Centro-Oeste. No mesmo período, a pobreza extrema na região passou de 6,6% para 2,9%. A comparação com o Brasil demonstra uma clara situação de vantagem. Os índices nacionais são de 10,5% e 5,2% para 2001 e 2009, respectivamente.

Tendo em vista o contexto rural, os indicadores de pobreza extrema apresentados em Goiás (12,1% em 2001 e 3,5% em 2009) apontam queda mais acentuada que a tendência observada no resto do estado. Isso pode ser atribuído às transferências governamentais, que contribuem para mitigar a miséria no campo e para minimizar as discrepâncias entre as condições de vida das populações extremamente pobres, nas zonas rurais e urbanas.

4. Em junho de 2011, o governo federal assumiu uma linha oficial, para balizar seu programa de erradicação da extrema pobreza. É esta linha que está sendo considerada neste trabalho.

GRÁFICO 9
População em situação de extrema pobreza

(Em %)

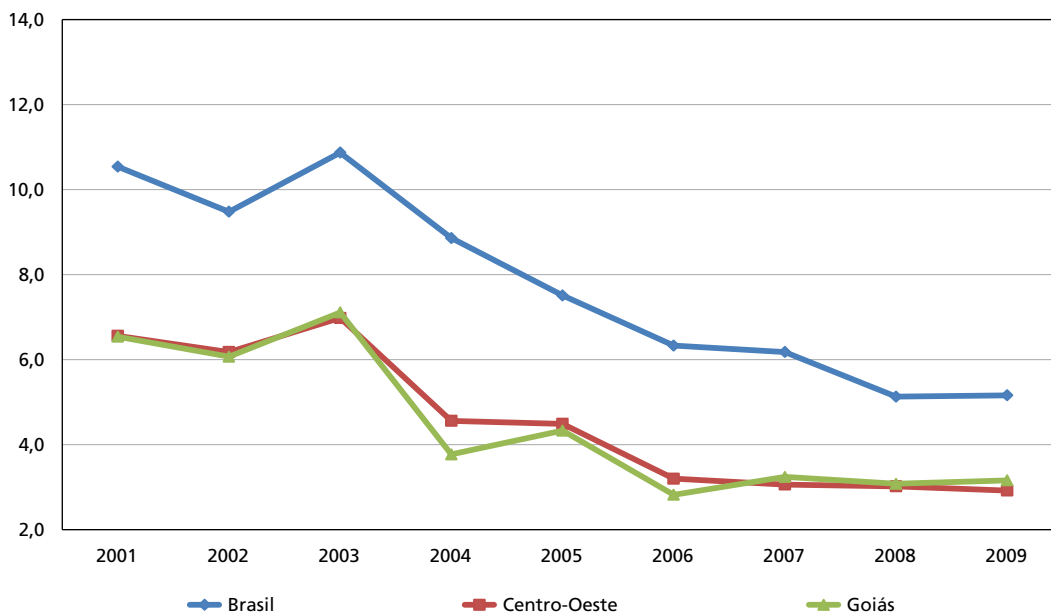
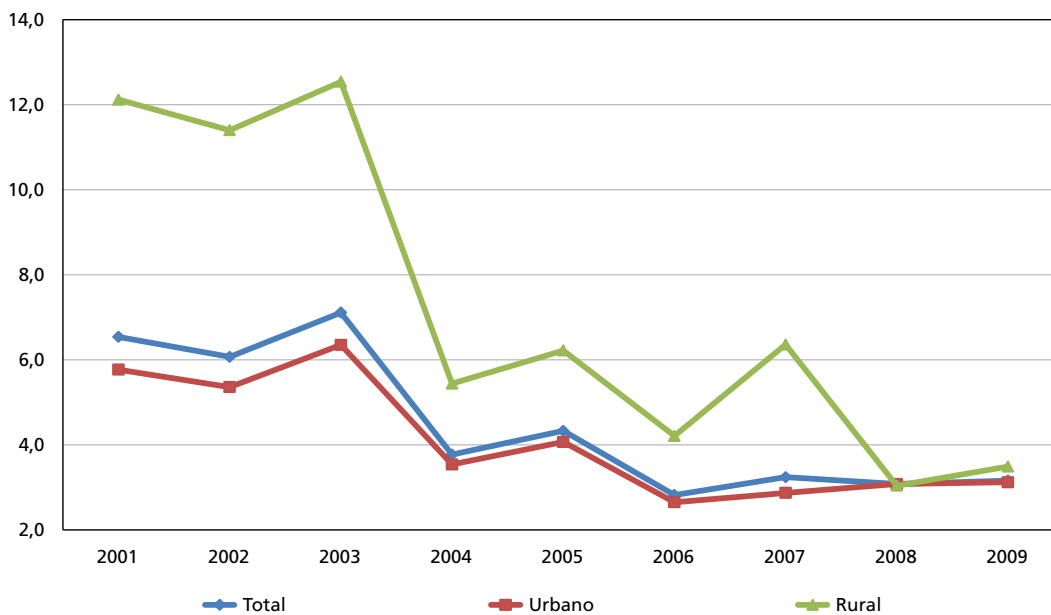
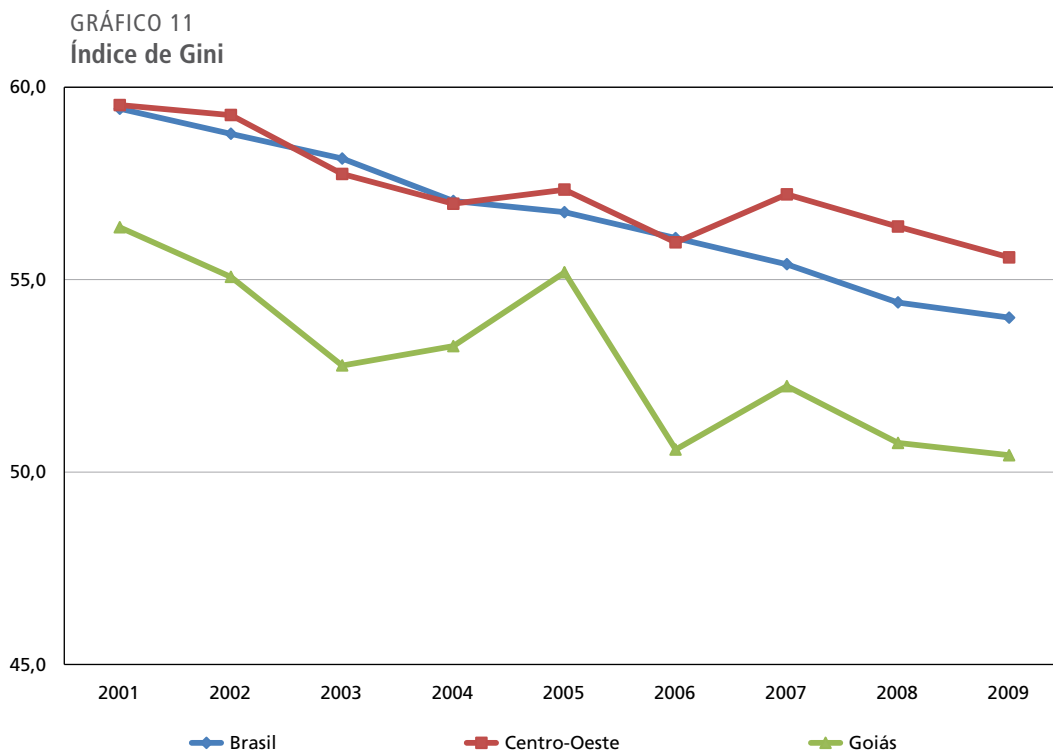


GRÁFICO 10
População em situação de extrema pobreza – Goiás

(Em %)

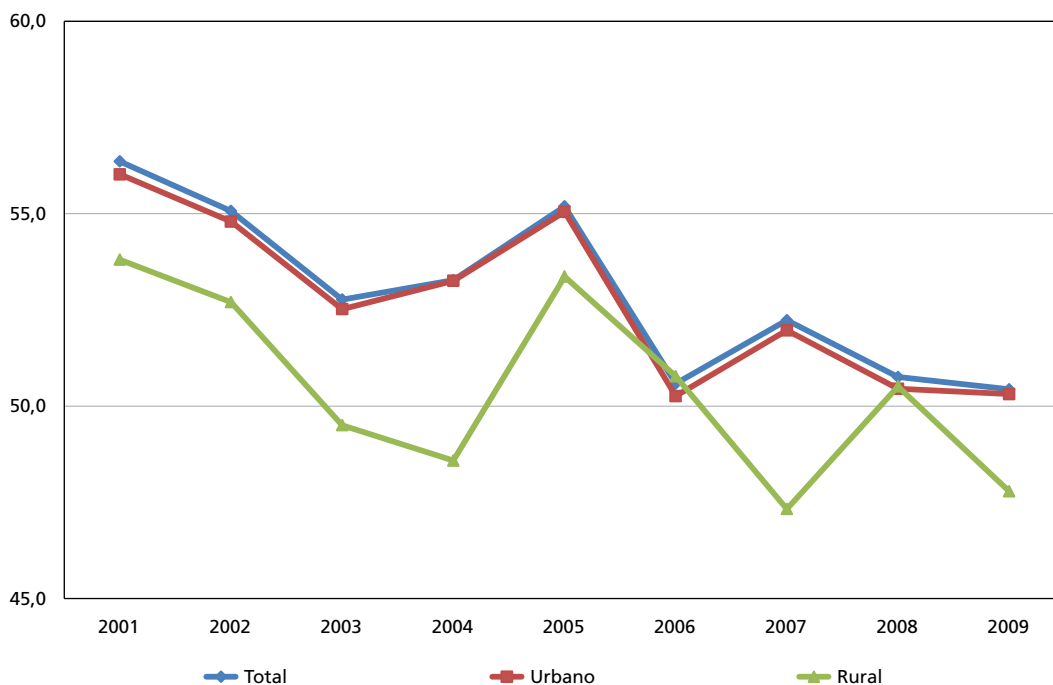


A propósito da desigualdade de renda, o indicador mais completo para medi-la é o Índice de Gini,⁵ pois leva em consideração os rendimentos por todo o espectro da distribuição. A série histórica desse indicador encontra-se no gráfico a seguir. Como esperado, a desigualdade vem caindo, sendo a do Centro-Oeste superior à nacional. Goiás apresentou, durante toda a década, desigualdade ainda menor que a nacional. Na área rural, a desigualdade é inferior à urbana.



5. O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini e publicada no documento *Variabilità e mutabilità*, em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, sendo que 0 corresponde à completa igualdade de renda (em que todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O Índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (p.p.) – é igual ao coeficiente multiplicado por 100.

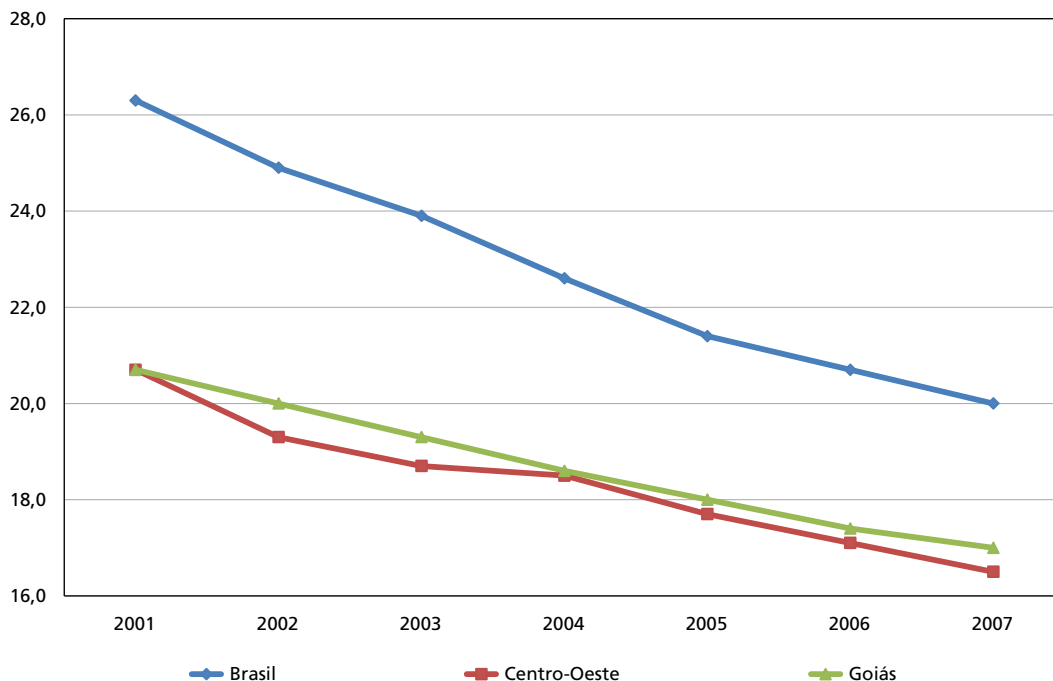
GRÁFICO 12
Índice de Gini – Goiás



SAÚDE

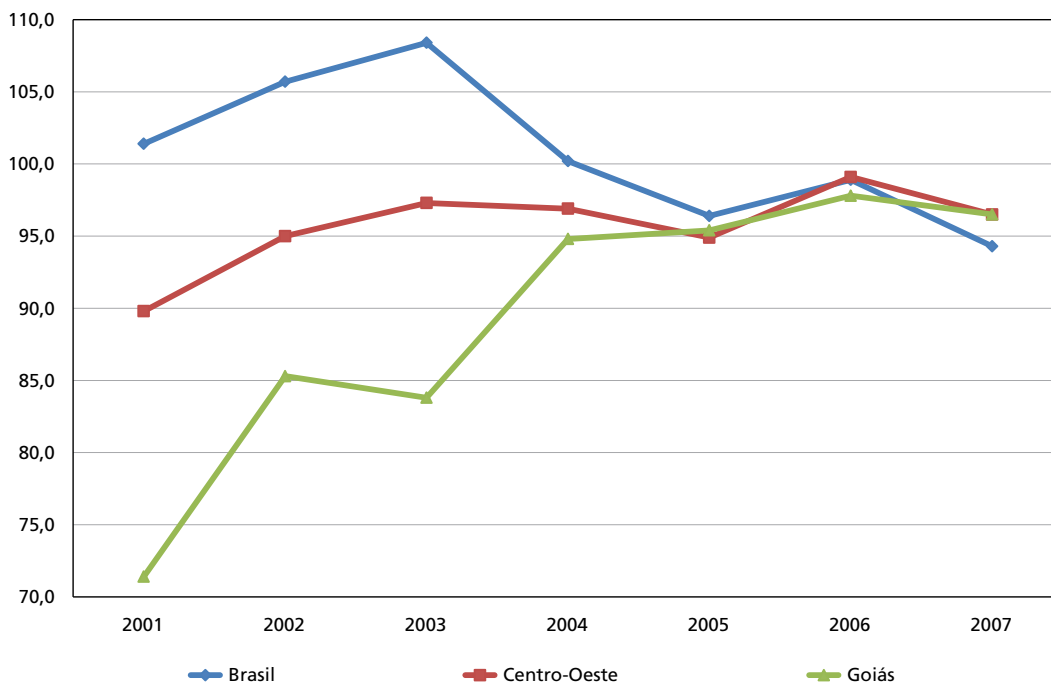
A mortalidade infantil em Goiás tem diminuído. Em 2001, a taxa (mortes infantis por mil nascidos vivos) era de 20,7, caindo para 17 em 2007. Considerando esses valores, o estado encontra-se em situação favorável, relativamente ao contexto nacional. No Brasil, os patamares de mortalidade infantil são mais altos: 26,3, em 2001, e 20, em 2007. A comparação com os índices regionais mostra que os estaduais os seguem de perto, apresentando leve desvantagem. No Centro-Oeste, as taxas foram de 20,7 e 16,5, em 2001 e 2007, respectivamente.

GRÁFICO 13
Taxa de mortalidade infantil



Outro indicador a ser considerado é a taxa de homicídio masculina (número de mortes por 100 mil habitantes), para a faixa etária de 15 a 29 anos. No caso do Brasil, ela caiu de 101,4 em 2001 para 94,3 em 2007. Apesar de demonstrar médias menores que as nacionais durante o período, Goiás vem seguindo tendência oposta: em vez de diminuição, tem-se assistido a um crescimento desses homicídios ao longo dos anos, a ponto de a taxa estadual superar a nacional em 2007. Inicialmente, em 2001, ela era de 71,4, subindo para 96,5 em 2007. Esse crescimento pode ser visto como fração do que ocorre no Centro-Oeste, já que os índices regionais apresentam uma escalada de ascensão (89,8 e 96,5, em 2001 e 2007, respectivamente).

GRÁFICO 14
Taxa de homicídios masculina – 15 a 29 anos



SEGURIDADE

Em sua atuação para prover seguridade social à população, o governo promove tanto políticas de prestação de serviços quanto de transferências monetárias diretas. Essas transferências compõem uma parcela da renda das famílias, que pode ser mensurada pelo percentual correspondente às aposentadorias e pensões de instituto de previdência ou do governo federal, ao abono de permanência e aos outros programas oficiais – tais como Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-Loas) e outros.⁶

6. As PNADs agrupam, na mesma variável, os programas de transferências governamentais e os ganhos provenientes de aplicações financeiras, como dividendos e juros. Sabemos, no entanto, que estes rendimentos tendem a ser subdeclarados, enquanto as transferências governamentais são mais bem captadas. Consideramos, portanto, que essa variável oferece boa aproximação do que queremos aferir.

Em Goiás, a parcela da renda correspondente à seguridade (14,6% em 2009) é inferior à do Brasil (20,7% em 2009). Entre os moradores da zona rural, esses percentuais são maiores: 19,1% em Goiás e 29,2% no Brasil. A evolução entre 2001 e 2009 mostra certo paralelismo entre os contextos nacional e regional: enquanto no Brasil houve aumento de 13,4% no indicador – o que corresponde a 2,4 p.p. –, em Goiás a elevação foi de 21% – ou 2,5 p.p.

É possível associar o aumento da renda domiciliar *per capita* observado na zona rural de Goiás (da ordem de 52,8% ao longo da década) às políticas de transferência. Ou seja, evidencia-se aqui a importância dessas políticas para manter o nível de rendimento da população rural goiana.

GRÁFICO 15
Transferências na renda
(Em %)

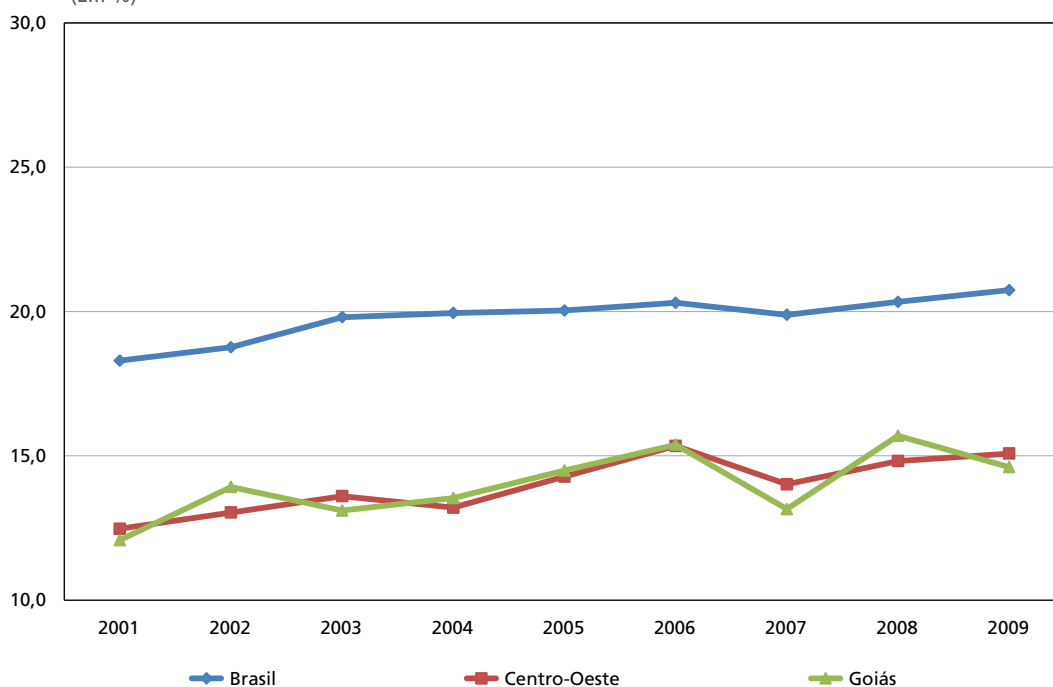
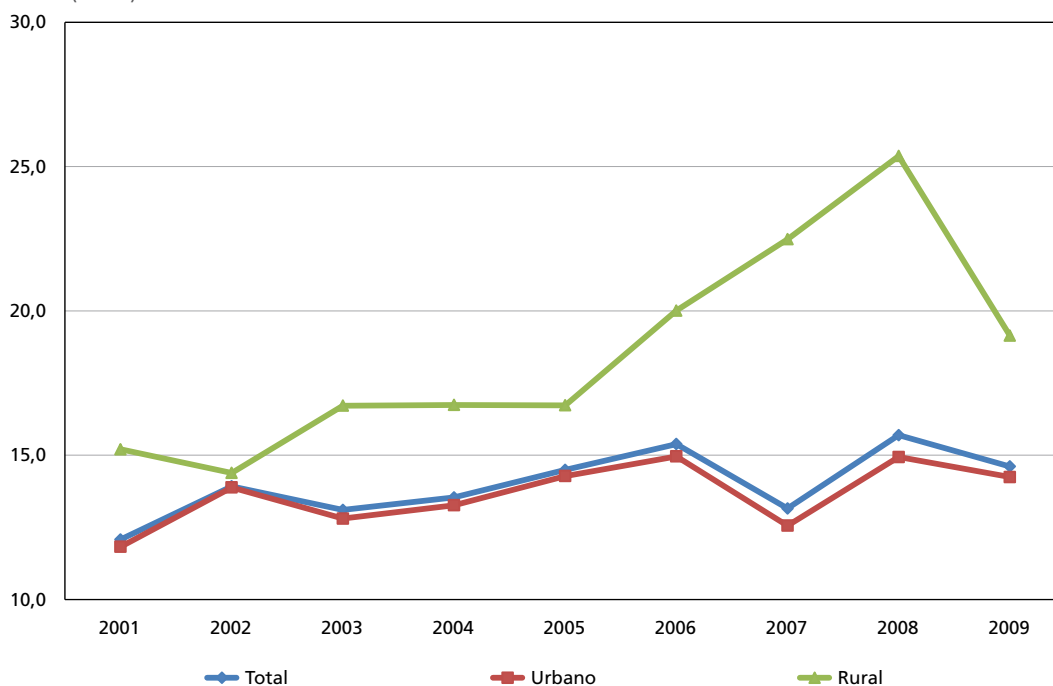


GRÁFICO 16
Transferências na renda – Goiás
 (Em %)



TRABALHO E RENDA DO TRABALHO

A taxa de desemprego em Goiás encontra-se em melhor situação que na região Centro-Oeste e no Brasil. Em 2001, ela era de 7,6%, tendo caído para 7,4% em 2009. No Centro-Oeste, essas taxas foram de 8,5% em 2001 e de 7,6% em 2009; para o Brasil, apresentaram-se as taxas de 9,2% e 8,2%, respectivamente. Esse resultado se associa basicamente ao forte desempenho rural de Goiás.

GRÁFICO 17
Taxa de desemprego

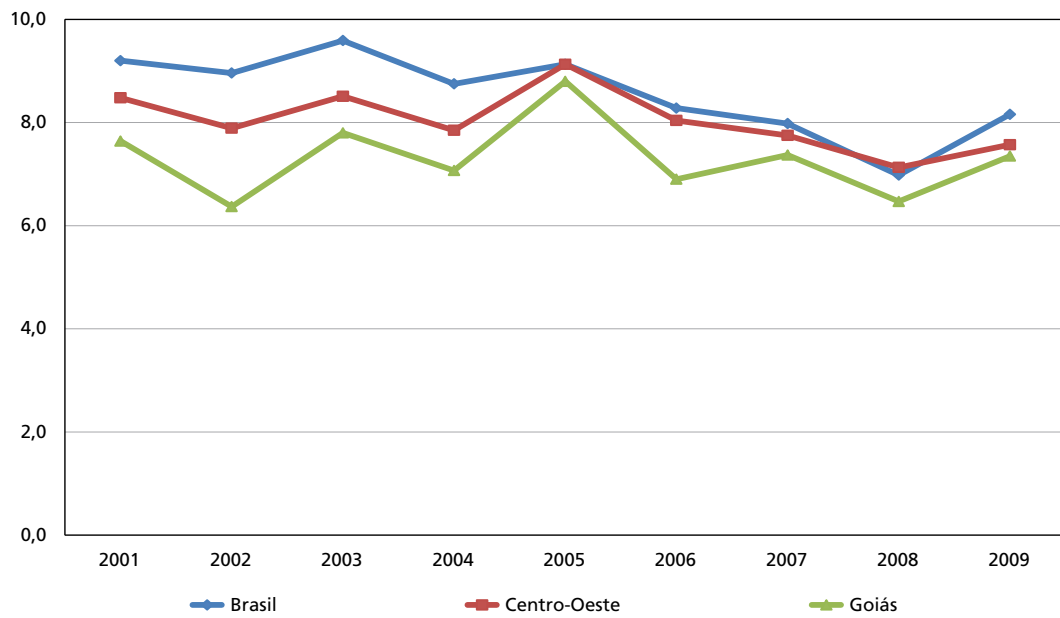
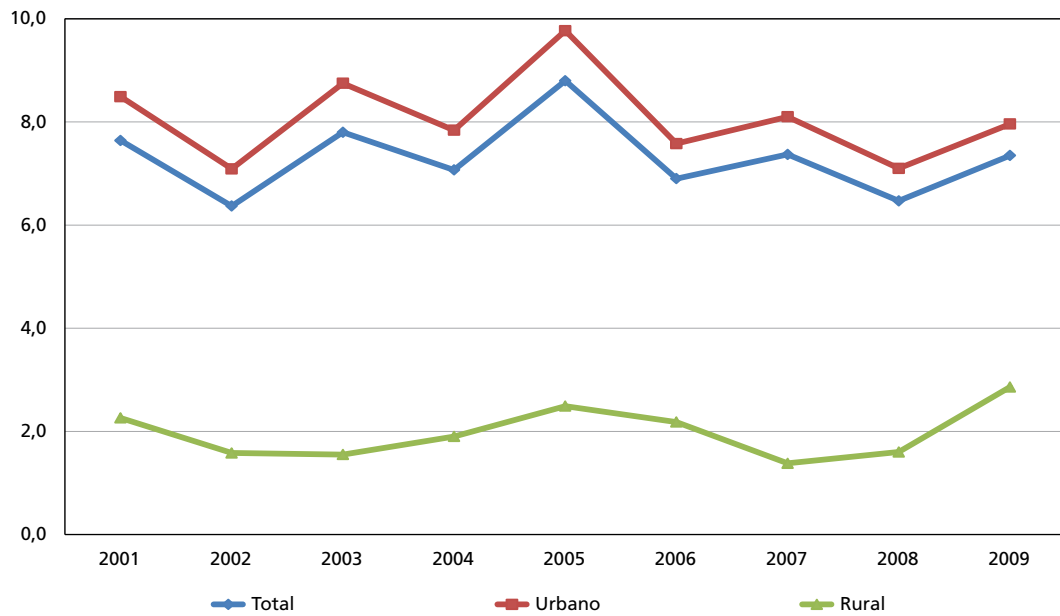
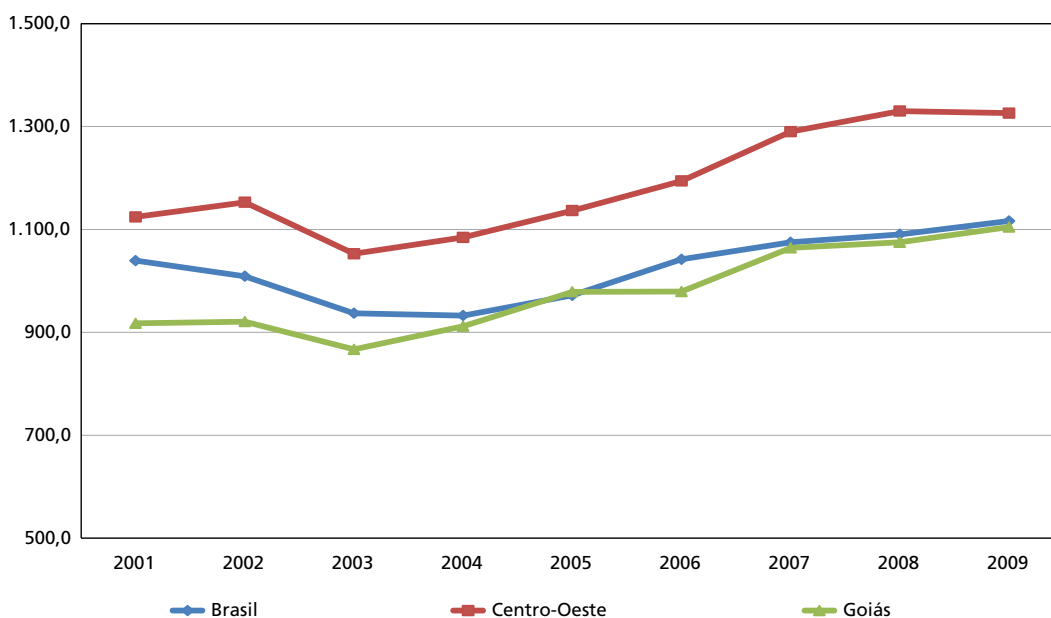


GRÁFICO 18
Taxa de desemprego – Goiás



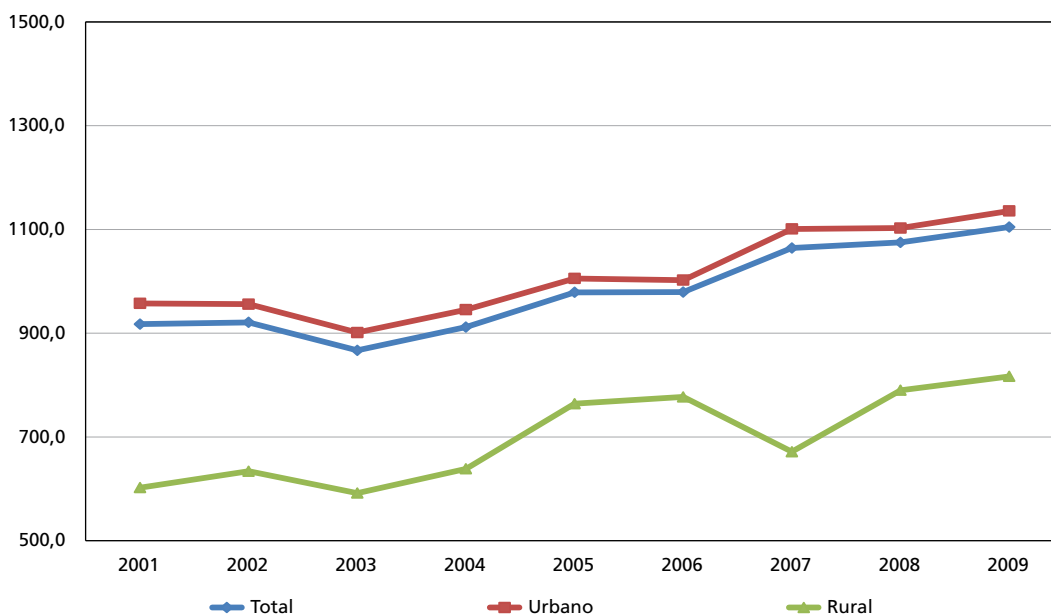
Com relação à qualidade dos postos de trabalho, particularmente no que se refere à remuneração, Goiás encontra-se próximo da média nacional, mas aquém da do Centro-Oeste. O rendimento médio do trabalho⁷ em Goiás foi de R\$ 917,50 em 2001 (sendo que, no Brasil, essa média foi de R\$ 1.039,41 e, no Centro-Oeste, de R\$ 1.124,28) e em 2009 aumentou para R\$ 1.104,60 (Brasil: R\$ 1.116,39; Centro-Oeste: R\$ 1.326,09).

GRÁFICO 19
Rendimento médio no trabalho
(Em R\$)



7. Trata-se do rendimento médio só dos que tiveram renda proveniente do trabalho. Os ocupados com renda zero foram excluídos do cálculo.

GRÁFICO 20
Rendimento médio no trabalho – Goiás
 (Em R\$)



Esse problema ganha outra nuance quando se trata da zona rural. No estado, o rendimento do trabalho rural era de R\$ 602,27 em 2001 e de R\$ 816,74 em 2009. Há defasagem de rendimentos não apenas em relação aos trabalhadores urbanos, no próprio Goiás, mas também, em menor escala, em relação às médias rurais do Centro-Oeste (R\$ 670,80 e R\$ 845,11), naqueles anos. A situação, entretanto, mostra vantagem em relação aos parâmetros nacionais (R\$ 488,46 em 2001 e R\$ 625,45 em 2009).

EDUCAÇÃO

Goiás tem escolaridade, medida pela média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais, menor do que a do Centro-Oeste e a nacional, de 2001 a 2009. No estado, essas médias são de 6,1 e 7,5 anos de estudo, enquanto, para a região, elas são de 6,5 e 7,9 anos e, para o país, de 6,4 e 7,5 anos, respectivamente. Contudo, se considerarmos o crescimento de ponta a ponta no período, nota-se que Goiás teve desempenho (22,5%) superior ao nacional (18,7%) e ao do Centro-Oeste (20,6%). A população rural de Goiás encontrava-se ainda, em 2009, com escolaridade baixa: 5,3 anos de estudo.

GRÁFICO 21
Média de anos de estudo

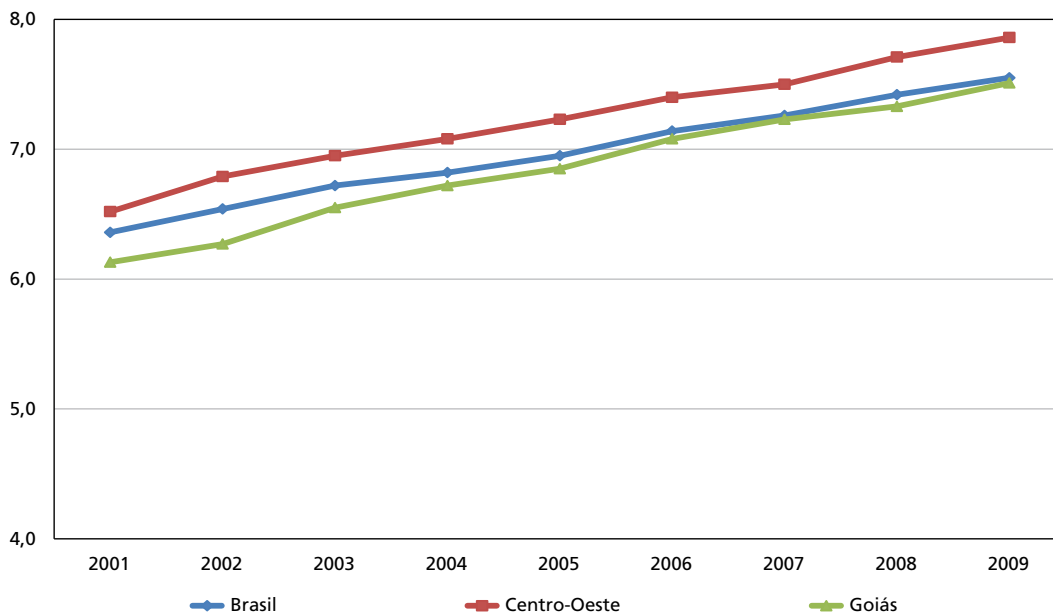
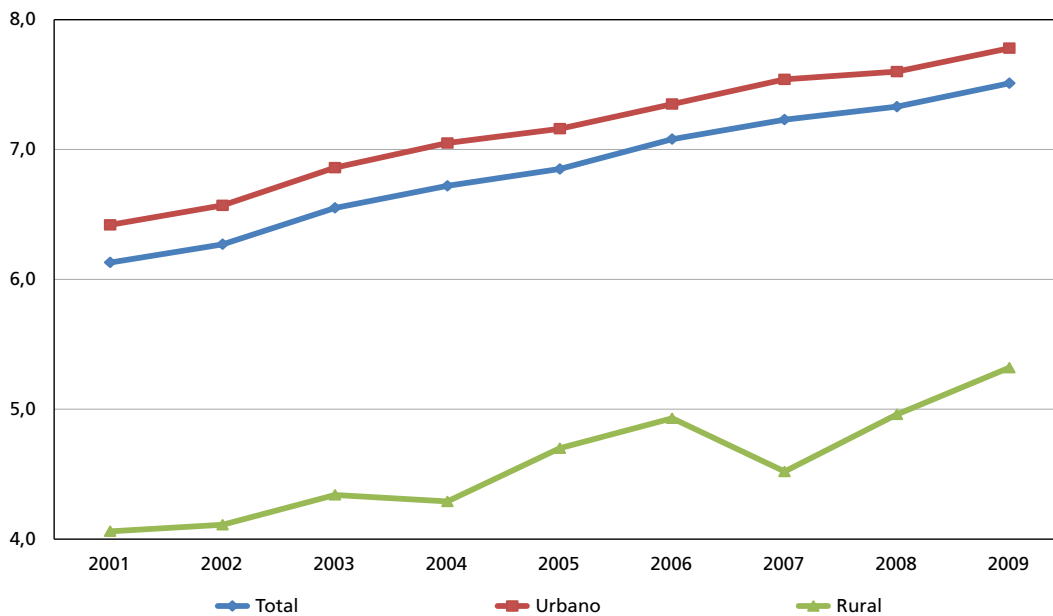


GRÁFICO 22
Média de anos de estudo – Goiás



Observando-se a questão do analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, Goiás apresenta padrões desfavoráveis em relação à média regional e favoráveis em relação à nacional. Em 2001, 11,6% dos goianos eram analfabetos, contra 10,2% dos do Centro-Oeste e 12,4% dos brasileiros. Em 2009, apesar dos avanços, essa situação praticamente se manteve: os analfabetos compunham 8,6% da população de Goiás, enquanto, no Centro-Oeste e no Brasil, eles representavam 8% e 9,7% das pessoas, respectivamente.

GRÁFICO 23
Taxa de analfabetismo

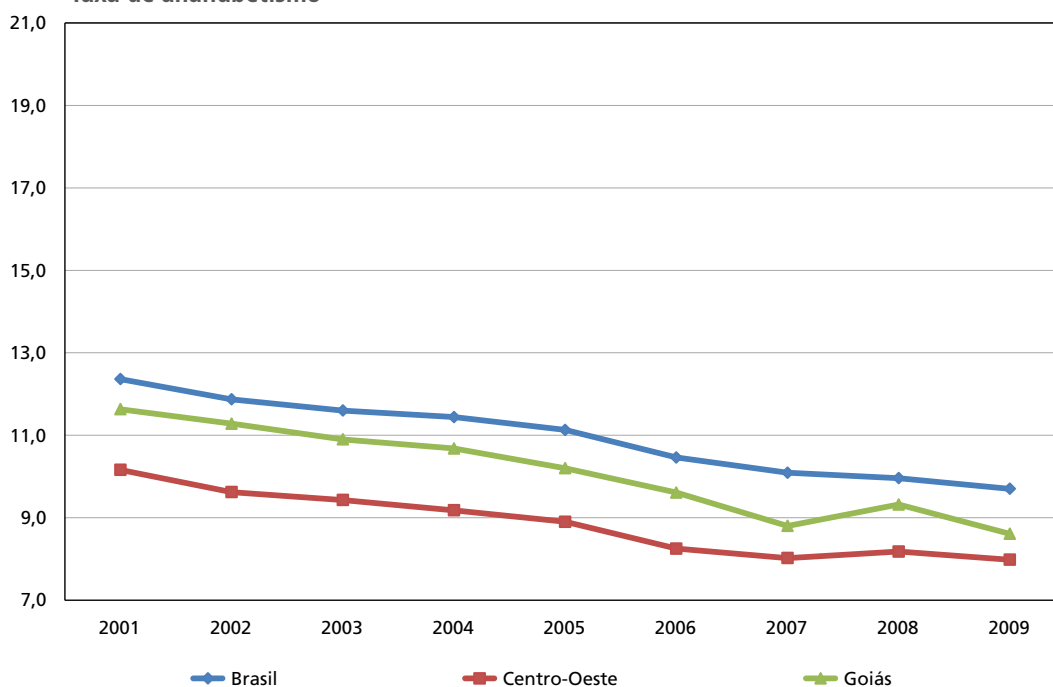
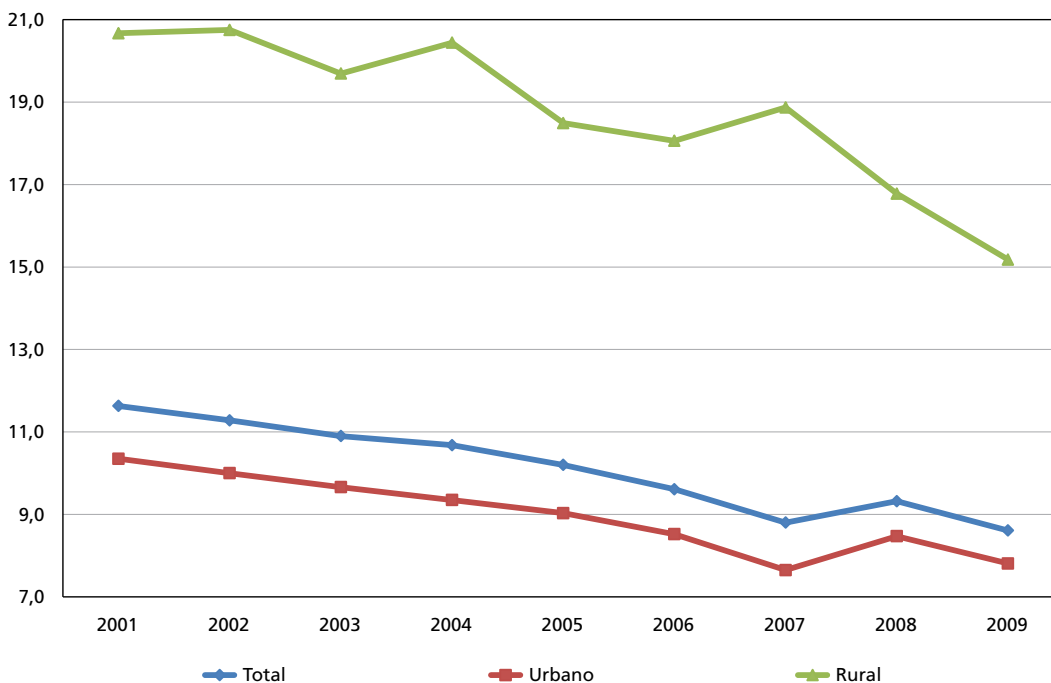


GRÁFICO 24
Taxa de analfabetismo – Goiás



A situação se torna mais séria quando se focalizam os índices referentes às populações rurais de Goiás. Ainda que as tendências de queda tenham sido mais intensas nessas zonas, os patamares continuam altos. A taxa de analfabetismo passou de 20,7%, em 2001, para 15,2%, em 2009.

SANEAMENTO E HABITAÇÃO

Em Goiás, acessos adequados a abastecimento de água estão além da média nacional e próximos da média do Centro-Oeste. Ademais, as disparidades entre as áreas rurais e urbanas foram suprimidas a partir de 2005.

Durante o período em questão, a água encanada no Brasil aumentou sua cobertura, passando de 81,4%, em 2001, para 87,7%, em 2009. As diferenças regionais, apesar de diminuírem no período, ainda são elevadas. Goiás faz parte do lado positivo do espectro. Desde 2004, apresenta médias superiores às nacionais, sendo que aproxi-

madamente 10,9% de sua população se encontravam sem esse atendimento em 2009. Os índices estaduais refletem inclusive as boas condições da zona rural, onde o percentual de cobertura era de 92% em 2009.

GRÁFICO 25
Abastecimento adequado de água
(Em %)

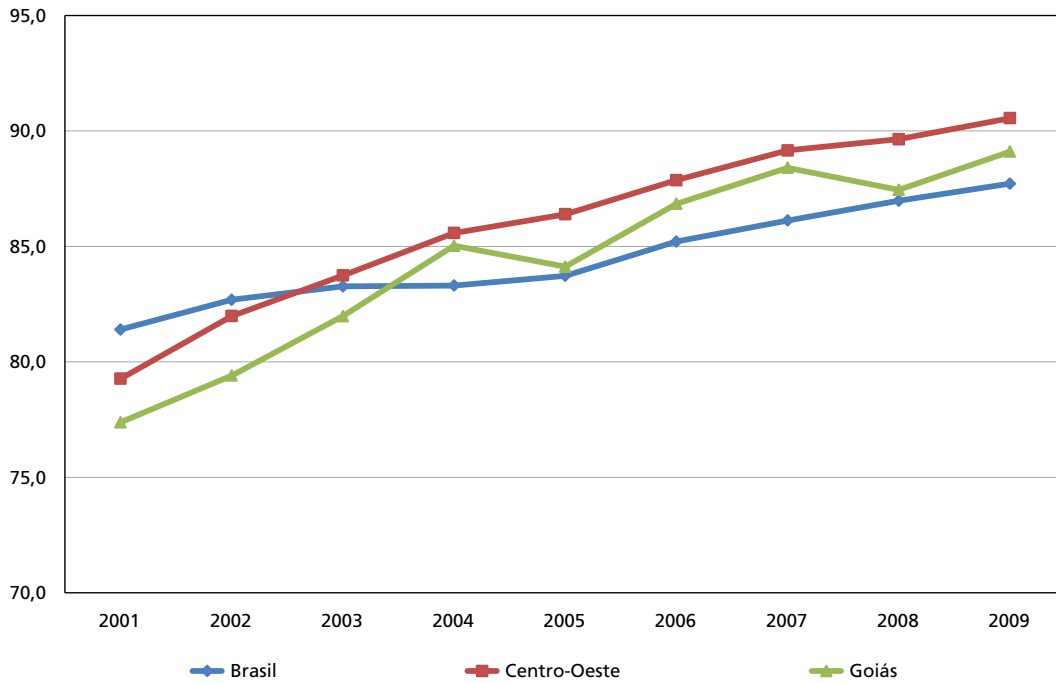
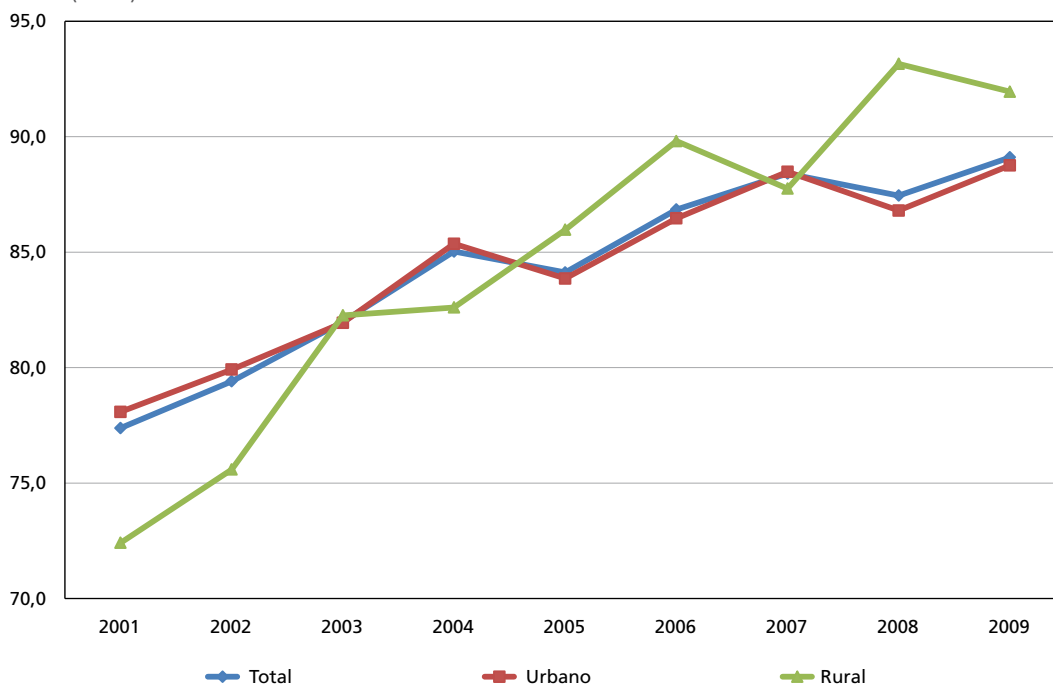


GRÁFICO 26
Abastecimento adequado de água – Goiás
 (Em %)



Com relação à energia elétrica, Goiás encontra-se em melhor situação do que o Centro-Oeste como um todo e também do que a média brasileira. Este serviço está caminhando para a universalização, inclusive na zona rural do estado, onde 98,6% da população já possuem esse acesso.

GRÁFICO 27
Acesso à energia elétrica

(Em %)

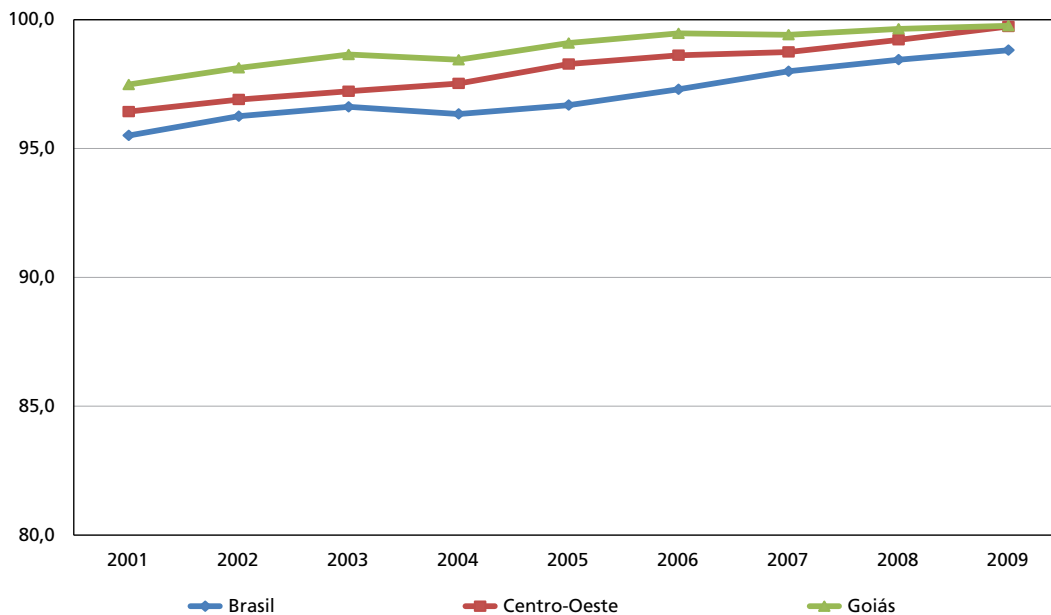
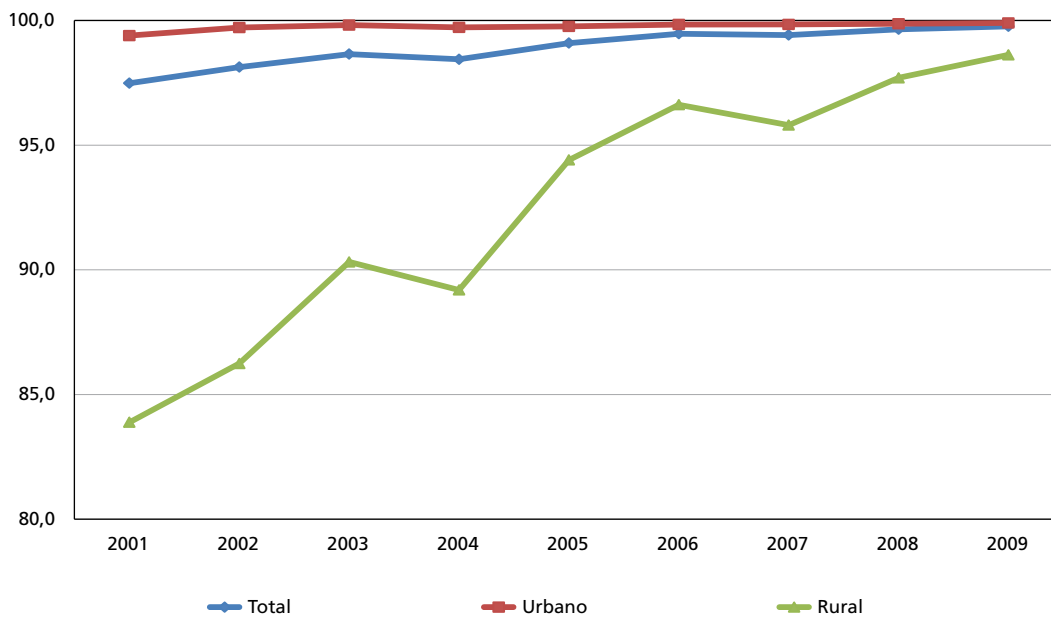


GRÁFICO 28
Acesso à energia elétrica – Goiás

(Em %)



CULTURA

Os indicadores selecionados de acesso a bens culturais mostram, em geral, diferenças expressivas entre a média nacional e a do Centro-Oeste, revelando desigualdades regionais fortes nesses aspectos. Em Goiás, as diferenças entre os espaços rurais e urbanos são ainda notáveis.

O acesso a telefone celular no Brasil encontra-se em plena ascensão. Em 2001, a posse de celular, por pelo menos um morador do domicílio, atingia a cifra de 31%. Esta cobertura subiu para 81,1%, em 2009. A trajetória do Centro-Oeste é superior à nacional, sendo que Goiás a acompanha de perto. Em 2009, na região e no estado, as coberturas atingem as cifras de 90,3% e 89,9%, respectivamente.

Em Goiás, ainda há acentuadas desigualdades de cobertura entre as zonas urbanas e as rurais. No caso da população rural, a situação é mais acirrada, pois meros 5,6% possuem telefone fixo e 77,6% dos domicílios dispõem de telefone celular.

GRÁFICO 29
Telefone celular no domicílio
(Em %)

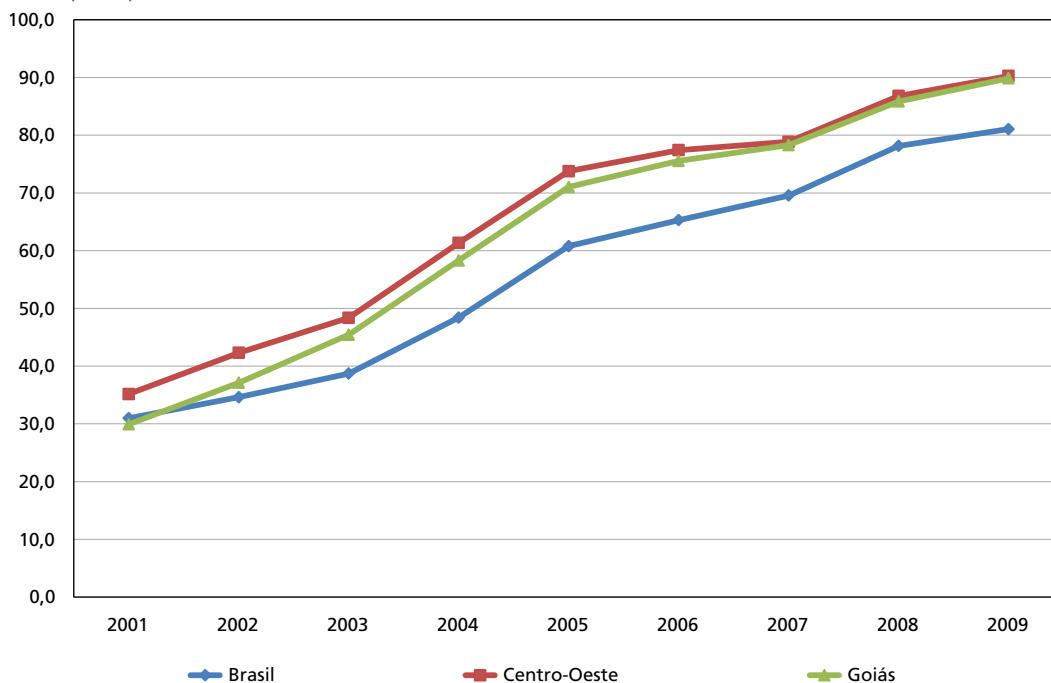
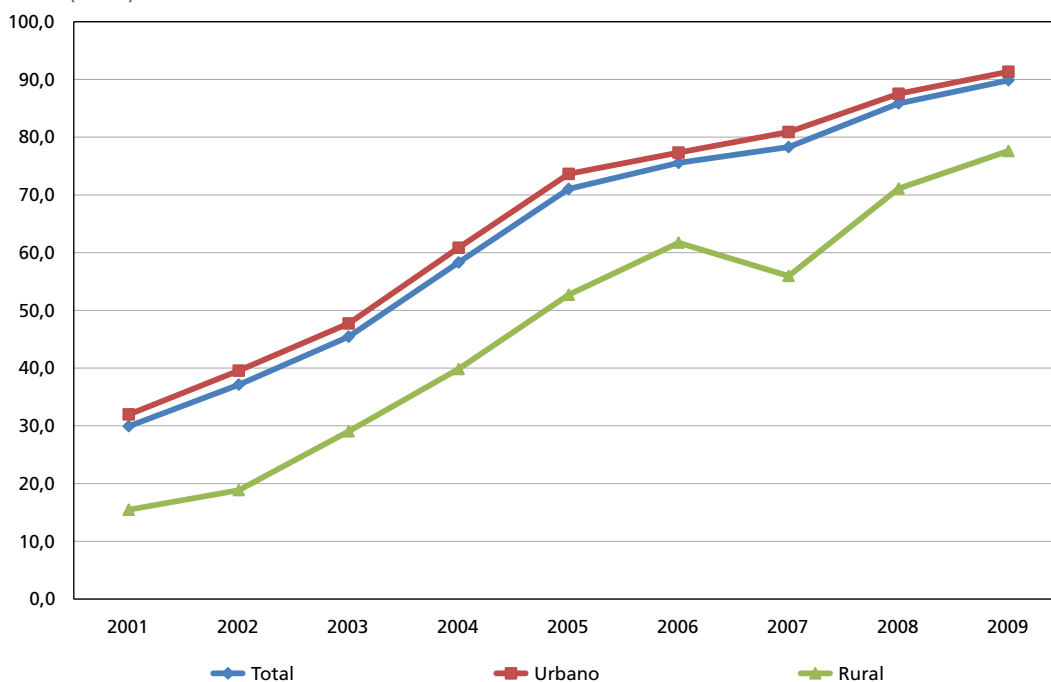


GRÁFICO 30
Telefone celular no domicílio – Goiás

(Em %)



Com relação ao acesso à internet, é plausível afirmar que esse item ainda pode ser considerado um “luxo”, mesmo em nível nacional, pois apenas 28,1% da população brasileira o possuíam em 2009. Apesar da velocidade de expansão do seu acesso nos últimos anos, a população rural está praticamente alijada desse processo. As diferenças regionais são intensas e, em Goiás, a internet no domicílio ainda é um evento raro, sendo a taxa de acesso de 23,4% para a população urbana e, para a rural, o acesso ainda é de 4%.

GRÁFICO 31
Acesso à internet
 (Em %)

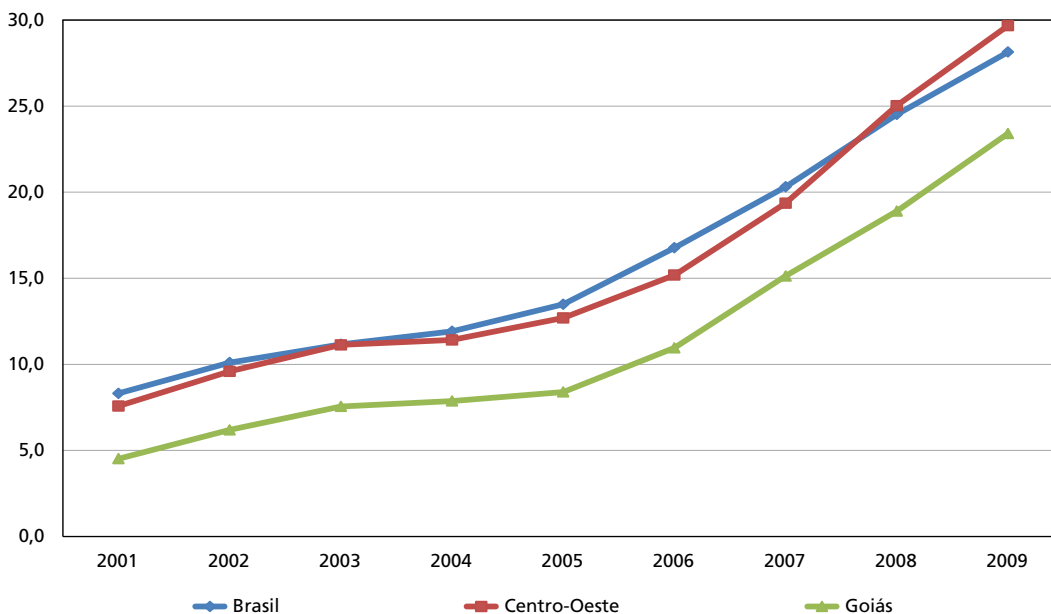
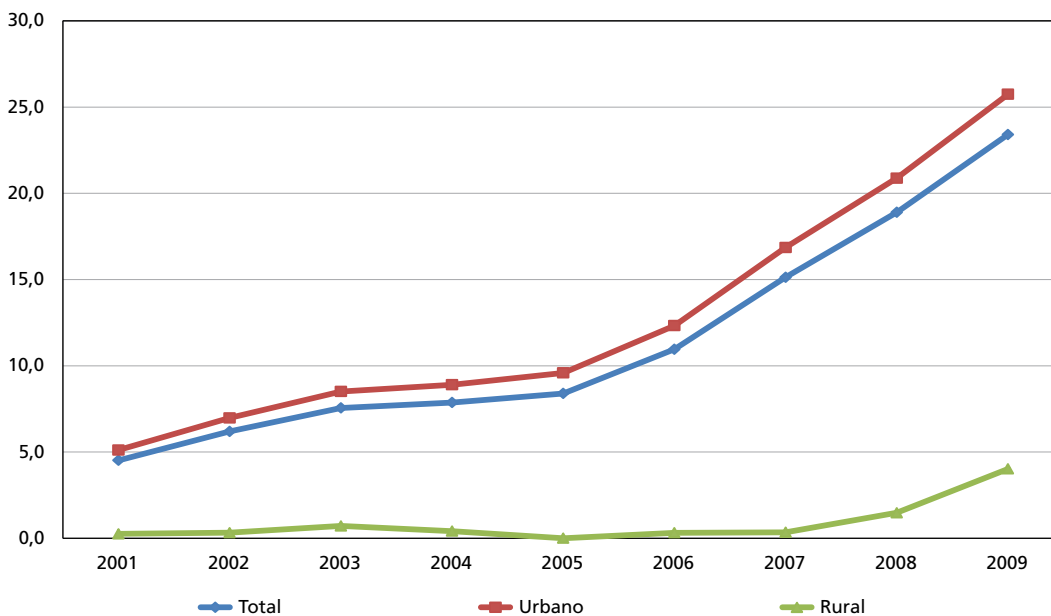


GRÁFICO 32
Acesso à internet – Goiás
 (Em %)



OUTRAS PERSPECTIVAS

O texto anterior é uma leitura, entre tantas possíveis, da evolução das condições de vida das populações, por unidade da Federação (UF). Os anexos a seguir oferecem uma série de 34 indicadores para que o leitor criativo faça suas próprias análises. Fechamos aqui a nossa parte, abrindo oportunidade para a projeção de outras perspectivas.

ANEXOS

ANEXO 1

Dados estatísticos

TABELA 1
Indicadores de demografia

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
População residente	Brasil	Total	170.681.542	173.257.720	175.736.541	181.454.363	183.680.670	185.750.667	187.572.564	189.545.662	191.478.573
		Urbano	143.176.178	145.756.534	148.091.222	150.546.852	151.991.829	154.585.253	156.393.725	158.774.197	160.781.907
		Rural	27.505.364	27.501.186	27.645.319	30.907.511	31.688.841	31.165.414	31.178.839	30.771.465	30.696.666
Centro-Oeste	Goiás	Total	12.045.261	12.339.989	12.609.338	12.833.944	13.090.879	13.314.250	13.526.256	13.708.341	13.932.799
		Urbano	10.465.638	10.784.598	10.867.828	11.078.420	11.264.361	11.508.195	11.753.103	12.039.073	12.269.502
		Rural	1.579.623	1.555.391	1.741.510	1.755.524	1.826.518	1.806.055	1.773.153	1.669.268	1.663.297
Taxa de fecundidade	Brasil	Total	5.175.537	5.296.915	5.400.893	5.498.198	5.598.981	5.695.656	5.782.147	5.860.344	5.942.962
		Urbano	4.538.978	4.674.139	4.738.607	4.830.871	4.901.787	5.044.805	5.177.181	5.261.912	5.304.233
		Rural	636.559	622.776	662.286	667.327	697.194	650.851	604.966	598.432	638.729
Centro-Oeste	Goiás	Total	2,22	2,15	2,08	2,05	2,01	1,95	1,90	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	Total	2,19	2,14	2,09	2,05	2,01	1,95	1,84	-	-	
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Goiás	Total	2,19	2,14	2,08	2,02	1,96	1,90	1,84	-	-	
	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	44,15	42,67	41,32	40,98	39,67	38,61	37,56	36,08	35,23
		Urbano	42,20	40,85	39,60	38,88	37,51	36,65	35,77	34,37	33,68
		Rural	55,24	53,16	51,30	52,16	51,00	49,20	47,33	45,68	44,00
Razão de dependência demográfica – jovens (0 a 15 anos)		Total	45,97	44,39	43,16	42,30	41,25	39,94	38,32	37,53	36,48
		Urbano	45,59	44,11	42,51	41,53	40,56	39,13	37,80	37,18	36,38
		Rural	48,54	46,36	47,37	47,32	45,64	45,31	41,87	40,15	37,29
Goiás		Total	45,02	43,22	42,35	40,66	40,64	38,61	36,98	37,37	36,54
		Urbano	45,29	43,34	42,53	40,43	40,57	38,55	36,66	37,38	36,67
		Rural	43,14	42,27	41,07	42,34	41,09	39,06	39,79	37,36	35,47
Brasil		Total	13,04	13,31	13,58	13,68	13,77	14,12	14,47	15,09	15,33
		Urbano	12,62	12,98	13,27	13,43	13,60	13,86	14,18	14,83	15,07
		Rural	15,45	15,22	15,39	15,03	14,69	15,52	16,05	16,51	16,83
Razão de dependência demográfica – idosos (60 anos ou mais)		Total	10,00	10,42	10,64	10,88	11,06	11,45	11,93	12,60	12,95
		Urbano	9,99	10,14	10,53	10,66	10,94	11,11	11,48	12,18	12,56
		Rural	10,07	12,42	11,34	12,32	11,84	13,70	14,98	15,72	15,90
Goiás		Total	10,66	11,19	11,27	12,06	12,02	12,14	12,50	13,70	13,62
		Urbano	10,40	10,98	10,98	11,60	11,52	11,62	11,99	13,10	13,31
		Rural	12,48	12,72	13,31	15,46	15,51	16,16	16,96	18,96	16,21
Brasil		Total	145,462	130,676	149,170	157,737	153,349	204,824	131,968	130,435	195,953
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo migratório		Total	192,969	220,848	263,845	232,644	243,689	173,415	143,320	74,569	158,534
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás		Total	129,199	142,960	132,745	148,172	145,850	80,700	95,994	106,731	137,155
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ripsa/MS.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 2
Indicadores de previdência e seguridade social

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		77,42	77,71	77,99	77,41	78,19	76,75	76,17	77,21	77,37
	Urbano		75,76	76,16	76,26	75,83	76,69	75,15	74,76	75,47	75,56
	Rural		85,09	85,31	86,63	84,95	85,49	84,50	82,93	85,93	86,49
Cobertura da população idosa	Total		67,65	68,75	68,67	65,65	67,52	65,31	65,41	66,47	67,03
	Urbano		68,07	68,94	68,94	64,84	67,31	64,30	65,11	65,03	66,03
	Rural		64,83	67,68	67,08	70,28	68,80	70,75	66,94	74,68	72,88
Goiás	Total		70,56	71,23	71,64	66,86	68,94	66,02	65,99	69,91	68,05
	Urbano		70,93	71,88	71,41	66,61	69,20	64,33	66,39	68,97	67,14
	Rural		68,42	67,06	72,98	68,25	67,54	75,45	63,51	75,64	74,19
Brasil	Total		43,39	42,79	43,48	43,99	44,59	46,22	48,02	49,80	50,48
	Urbano		48,77	48,03	48,60	49,54	50,11	51,54	53,24	54,83	55,29
	Rural		16,65	16,32	17,29	18,00	18,95	20,53	22,20	23,89	25,23
Proporção de contribuintes na população economicamente ativa (PEA)	Total		42,47	43,28	44,57	44,82	46,62	47,56	48,93	50,32	52,01
	Urbano		45,63	46,32	48,13	47,82	50,16	50,85	51,99	53,11	54,97
	Rural		23,05	23,95	23,35	27,18	26,56	28,26	29,45	31,19	31,63
Goiás	Total		38,98	40,37	41,55	42,04	43,67	45,21	47,19	47,20	49,04
	Urbano		42,00	43,06	44,50	44,16	46,51	47,84	49,36	49,74	52,02
	Rural		19,85	22,43	22,07	27,80	25,13	26,87	29,09	27,42	27,16
Brasil	Total		20,50	20,60	20,70	20,80	20,90	21,10	21,20	21,30	-
	Urbano		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Esperança de vida aos 60 anos	Total		21,20	21,30	21,40	21,50	21,60	21,70	21,80	21,90	-
	Urbano		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	Total		21,00	21,10	21,20	21,30	21,40	21,50	21,60	21,70	-
	Urbano		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rural		-	-	-	-	-	-	-	-	-

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Brasil		Total	18,30	18,76	19,80	19,95	20,04	20,30	19,89	20,34	20,74	
		Urbano	17,96	18,39	19,43	19,57	19,57	19,71	19,71	19,14	19,64	20,01
		Rural	23,08	24,13	24,65	24,33	25,57	27,47	28,45	28,45	28,52	29,16
Transferências na renda (%)	Centro-Oeste	Total	12,48	13,04	13,60	13,21	14,28	15,35	14,01	14,01	14,82	15,08
		Urbano	12,58	13,05	13,55	13,16	14,35	15,28	13,54	13,54	14,42	14,83
		Rural	10,99	12,90	14,33	13,80	13,47	16,17	20,38	20,38	20,54	18,45
Goiás		Total	12,08	13,92	13,10	13,54	14,49	15,39	13,15	13,15	15,70	14,61
		Urbano	11,83	13,88	12,80	13,27	14,28	14,96	12,56	12,56	14,94	14,24
		Rural	15,21	14,39	16,72	16,74	16,73	20,01	22,48	22,48	25,37	19,14

Fontes: PNADs 2001-2009/IBGE e Ripsal/MS.
Elaboração: Niinsoc/Disoc/lpea.

TABELA 3
Indicadores de pobreza e desigualdade

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Brasil		Total	10,54	9,48	10,87	8,86	7,51	6,33	6,18	5,13	5,16	
		Urbano	7,69	6,92	8,31	6,45	5,24	4,21	4,44	4,44	3,55	3,70
		Rural	25,36	22,94	24,55	20,48	18,31	16,73	14,85	14,85	13,11	12,64
Extrema pobreza	Centro-Oeste	Total	6,56	6,18	6,98	4,56	4,49	3,20	3,06	3,06	3,02	2,92
		Urbano	5,60	5,28	5,97	4,04	3,96	2,72	2,72	2,73	2,92	2,61
		Rural	13,00	12,46	13,27	7,80	7,75	6,29	5,26	5,26	3,69	5,16
Goiás		Total	6,54	6,07	7,11	3,77	4,33	2,82	3,24	3,08	3,08	3,16
		Urbano	5,77	5,36	6,35	3,54	4,07	2,65	2,87	2,87	3,08	3,12
		Rural	12,12	11,40	12,54	5,44	6,22	4,21	6,36	6,36	3,04	3,49

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	511,45	511,93	481,86	493,01	522,76	571,69	587,22	614,99	631,71
		Urbano	569,25	569,56	531,13	547,32	582,54	634,88	647,90	677,37	693,36
		Rural	210,23	207,77	218,79	231,09	237,55	260,98	285,18	297,80	314,25
Renda domiciliar per capita (R\$)		Total	560,51	585,70	533,90	571,61	600,41	649,74	708,45	751,11	756,48
	Centro-Oeste	Urbano	601,75	626,14	574,53	612,05	641,97	692,63	758,29	798,74	800,94
	Rural	285,83	305,55	278,49	317,61	345,57	376,73	406,24	377,70	406,24	430,99
Goiás		Total	465,15	476,81	442,88	492,42	519,77	536,19	592,42	617,73	629,55
	Urbano	489,67	499,87	466,22	516,72	541,63	553,29	553,29	621,46	637,27	652,76
	Rural	287,08	303,89	277,16	316,82	365,89	400,92	400,92	342,64	444,32	438,77
Brasil		Total	59,44	58,79	58,15	57,04	56,75	56,08	55,40	54,41	54,01
	Urbano	58,16	57,64	57,11	55,97	55,68	55,02	55,02	54,33	53,38	53,16
	Rural	53,87	51,33	53,17	51,78	50,51	50,11	50,11	51,26	49,67	49,02
Índice de Gini		Total	59,53	59,27	57,75	56,97	57,34	55,97	57,21	56,38	55,58
	Centro-Oeste	Urbano	59,23	59,07	57,47	56,89	57,19	55,75	57,21	56,37	55,61
	Rural	52,63	52,32	50,77	49,75	51,65	50,17	50,17	47,95	47,27	47,67
Goiás		Total	56,36	55,07	52,77	53,27	55,19	50,58	52,23	50,76	50,44
	Urbano	56,02	54,79	52,52	53,26	55,05	50,26	50,26	51,97	50,45	50,31
	Rural	53,80	52,70	49,50	48,58	53,36	50,77	50,77	47,33	50,51	47,78

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 4
Indicadores de saúde

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Taxa de mortalidade infantil	Brasil	Total	26,30	24,90	23,90	22,60	21,40	20,70	20,00	-	-	
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	Goiás	Total	20,70	19,30	18,70	18,50	17,70	17,10	16,50	-	-	
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	Goiás	Total	20,70	20,00	19,30	18,60	18,00	17,40	17,00	-	-	
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de homicídio masculino (15 a 29 anos)	Brasil	Total	101,40	105,70	108,40	100,20	96,40	98,90	94,30	-	-	
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	Goiás	Total	89,80	95,00	97,30	96,90	94,90	99,10	96,50	-	-	
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	Goiás	Total	71,40	85,30	83,80	94,80	95,40	97,80	96,50	-	-	
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ripsa/MS.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 5
Indicadores de trabalho e renda

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Taxa de desemprego	Brasil	Total	9,20	8,96	9,59	8,75	9,13	8,28	7,98	6,98	8,16	
		Urbano	10,54	10,24	10,97	10,05	10,48	9,37	9,00	9,00	7,85	9,11
		Rural	2,54	2,50	2,53	2,68	2,84	3,03	2,90	2,90	2,51	3,18
Taxa de participação	Brasil	Total	8,48	7,89	8,51	7,85	9,13	8,04	7,75	7,75	7,13	7,57
		Urbano	9,50	8,80	9,62	8,75	10,27	8,92	8,54	8,54	7,88	8,22
		Rural	2,21	2,13	1,87	2,55	2,67	2,91	2,68	2,68	2,03	3,03
Rendimento médio do trabalho (R\$)	Brasil	Total	7,64	6,37	7,80	7,07	8,80	6,90	7,37	7,37	6,47	7,35
		Urbano	8,49	7,09	8,75	7,84	9,77	7,58	8,10	8,10	7,10	7,96
		Rural	2,26	1,58	1,55	1,90	2,49	2,18	1,38	1,38	1,60	2,86
Taxa de participação	Brasil	Total	1.039,41	1.008,98	937,06	932,51	971,83	1.041,94	1.075,05	1.075,05	1.090,46	1.116,39
		Urbano	1.124,17	1.089,40	1.004,02	1.000,74	1.047,07	1.119,68	1.147,43	1.147,43	1.162,13	1.188,98
		Rural	488,46	471,53	489,77	512,51	513,53	547,38	597,11	597,11	606,31	625,45
Rendimento médio do trabalho (R\$)	Brasil	Total	1.124,28	1.152,88	1.052,77	1.084,49	1.136,62	1.194,25	1.290,10	1.290,10	1.330,08	1.326,09
		Urbano	1.183,89	1.214,60	1.110,18	1.136,70	1.189,87	1.250,77	1.357,86	1.357,86	1.394,48	1.382,07
		Rural	670,80	674,71	630,97	698,10	759,43	780,66	752,20	752,20	781,35	845,11
Taxa de participação	Brasil	Total	917,50	920,75	866,88	911,74	978,69	979,19	1.064,14	1.064,14	1.074,99	1.104,60
		Urbano	957,37	955,91	901,19	945,27	1.005,48	1.002,29	1.100,93	1.100,93	1.102,67	1.135,59
		Rural	602,27	633,88	591,70	638,53	764,13	777,10	671,37	671,37	789,99	816,74
Taxa de participação	Brasil	Total	68,09	68,88	68,94	69,63	70,36	70,06	69,61	69,61	69,60	69,67
		Urbano	66,65	67,47	67,59	68,13	68,89	68,76	68,55	68,55	68,70	68,90
		Rural	76,22	76,98	76,80	77,66	78,12	77,13	75,38	75,38	74,62	74,02
Taxa de participação	Brasil	Total	71,25	71,13	70,46	72,10	72,71	71,58	72,40	72,40	72,68	72,80
		Urbano	70,37	70,19	69,67	71,01	71,45	70,34	71,72	71,72	72,02	72,15
		Rural	77,18	77,77	75,54	79,25	80,72	79,87	76,99	76,99	77,51	77,63
Taxa de participação	Brasil	Total	70,87	70,01	69,81	71,38	71,68	70,52	72,31	72,31	72,90	73,34
		Urbano	69,91	69,06	69,18	70,59	70,99	69,61	71,92	71,92	71,95	72,40
		Rural	77,59	77,08	74,32	77,21	76,60	77,61	75,72	75,72	81,28	81,10

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/lpea.

TABELA 6
Indicadores de educação

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Brasil		Total	6,36	6,54	6,72	6,82	6,95	7,14	7,26	7,42	7,55	
		Urbano	6,89	7,06	7,22	7,36	7,49	7,68	7,88	8,04	8,20	8,36
		Rural	3,42	3,62	3,83	3,98	4,14	4,30	4,47	4,64	4,81	4,98
Média de anos de estudos	Centro-Oeste	Total	6,52	6,79	6,95	7,08	7,23	7,40	7,50	7,65	7,80	7,96
		Urbano	6,87	7,14	7,33	7,45	7,59	7,75	7,88	8,06	8,20	8,36
		Rural	4,14	4,31	4,50	4,68	4,98	5,08	4,97	5,19	5,49	5,79
Goiás	Total	6,13	6,27	6,55	6,72	6,85	7,08	7,23	7,33	7,53	7,61	
	Urbano	6,42	6,57	6,86	7,05	7,16	7,35	7,54	7,60	7,78	7,88	
	Rural	4,06	4,11	4,34	4,29	4,70	4,93	4,52	4,96	5,32	5,32	
Brasil		Total	12,36	11,87	11,60	11,44	11,13	10,46	10,09	9,96	9,96	9,70
		Urbano	9,46	9,09	8,88	8,72	8,45	7,89	7,89	7,62	7,52	7,37
		Rural	28,72	27,72	27,25	25,88	25,10	24,28	23,41	23,41	23,53	22,77
Taxa de analfabetismo	Centro-Oeste	Total	10,16	9,62	9,43	9,18	8,90	8,25	8,02	8,02	8,18	7,98
		Urbano	8,97	8,40	8,22	8,01	7,87	7,36	6,92	6,92	7,19	7,01
		Rural	18,20	18,25	17,26	16,84	15,45	14,17	15,55	15,55	15,46	15,19
Goiás	Total	11,63	11,28	10,90	10,68	10,20	9,61	9,61	8,80	9,32	8,61	
	Urbano	10,35	10,00	9,66	9,35	9,03	8,52	8,52	7,65	8,47	7,81	
	Rural	20,67	20,75	19,69	20,44	18,49	18,06	18,06	18,87	16,78	15,18	
Brasil		Total	25,88	27,42	28,75	31,20	31,11	33,64	35,69	37,25	38,08	38,08
		Urbano	28,09	29,85	31,19	34,33	34,15	36,56	38,41	39,84	40,23	40,23
		Rural	16,19	16,42	17,56	18,76	19,30	21,96	24,03	26,02	28,39	28,39
Taxa de frequência à escola ou creche das crianças de 0 a 5 anos	Centro-Oeste	Total	18,06	21,00	21,30	22,98	24,03	26,78	27,68	31,54	32,08	32,08
		Urbano	19,82	22,80	23,62	25,43	26,74	29,25	30,35	33,88	33,88	33,16
		Rural	7,24	9,84	8,40	9,77	8,89	13,18	10,67	14,48	23,45	23,45
Goiás	Total	14,74	18,14	19,73	20,92	19,47	22,85	23,84	23,84	29,70	26,92	
	Urbano	15,60	19,99	21,72	22,96	21,13	24,32	25,52	31,69	27,51	27,51	
	Rural	8,21	5,53	6,64	6,41	8,64	13,46	9,88	10,72	21,71	21,71	

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		85,16	85,74	86,03	86,37	86,89	87,71	89,41	90,07	91,09
	Urbano		85,54	85,98	86,38	86,68	87,22	87,96	89,58	90,28	91,28
	Rural		83,51	84,67	84,50	85,13	85,64	86,69	88,70	89,18	90,25
Taxa de frequência líquida à escola – ensino fundamental (6 a 14 anos)	Total		85,95	86,22	86,70	87,01	88,49	88,95	90,66	90,56	91,47
	Urbano		86,21	86,38	86,93	87,33	88,71	89,14	90,66	90,81	91,20
	Rural		84,27	85,14	85,37	85,08	87,23	87,83	90,67	88,91	93,32
Goiás	Total		85,92	86,26	86,73	86,82	88,81	90,34	92,40	91,04	90,51
	Urbano		85,45	86,37	86,99	87,25	88,99	90,44	92,48	91,05	90,13
	Rural		89,30	85,28	84,66	83,87	87,53	89,49	91,80	90,91	93,68
Brasil	Total		36,86	40,00	43,03	44,26	45,22	47,00	47,89	50,44	50,96
	Urbano		41,13	44,57	47,48	49,32	50,29	51,79	52,06	54,36	54,40
	Rural		17,01	18,51	21,68	22,02	24,58	26,78	30,60	33,31	35,69
Taxa de frequência líquida à escola – ensino médio (15 a 17 anos)	Total		36,76	40,09	44,22	45,04	45,88	48,31	49,72	51,87	54,79
	Urbano		39,01	42,29	46,53	47,29	47,58	49,72	50,90	52,88	56,39
	Rural		22,03	23,67	28,45	29,43	35,99	38,48	40,99	44,49	43,79
Goiás	Total		34,33	39,03	43,02	45,64	45,25	47,94	53,32	53,37	54,50
	Urbano		35,72	40,69	44,77	47,67	46,89	48,20	54,67	52,96	55,92
	Rural		24,14	26,37	29,83	29,52	34,37	45,65	37,50	57,49	43,40
Brasil	Total		10,24	11,19	12,14	12,35	13,13	14,58	15,46	16,19	17,51
	Urbano		11,72	12,81	13,90	14,40	15,20	16,80	17,68	18,39	19,68
	Rural		1,55	1,84	1,84	1,84	2,51	2,65	3,56	3,90	4,98
Proporção de jovens que frequentam a universidade ou estão formados (18 a 24 anos)	Total		10,97	13,11	14,20	14,28	16,49	17,49	18,89	19,59	22,00
	Urbano		12,11	14,26	15,62	15,79	18,12	18,84	20,42	21,25	23,17
	Rural		2,45	3,78	3,81	2,84	4,25	6,37	5,85	4,54	10,02
Goiás	Total		10,22	11,53	13,33	13,84	15,00	17,24	17,10	15,99	19,86
	Urbano		11,14	12,43	14,46	14,94	15,89	18,45	18,19	17,06	20,76
	Rural		3,41	3,57	3,62	2,66	7,27	4,21	4,65	2,68	8,28

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 7
Indicadores de saneamento e habitação

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	81,40	82,69	83,27	83,31	83,73	85,21	86,12	86,98	87,72
		Urbano	87,71	88,52	88,77	89,46	89,73	90,86	91,23	91,61	92,00
		Rural	48,53	51,79	53,82	53,32	54,94	57,22	60,48	63,10	65,31
Abastecimento adequado de água		Total	79,27	81,98	83,74	85,58	86,39	87,87	89,16	89,64	90,55
	Centro-Oeste	Urbano	81,11	83,62	85,21	86,70	86,96	88,22	89,84	89,56	91,05
	Rural	67,06	70,61	74,57	78,56	82,88	85,63	84,66	90,21	86,91	
Goiás		Total	77,38	79,41	81,98	85,03	84,12	86,85	88,41	87,45	89,10
	Urbano	78,08	79,91	81,94	85,36	83,86	86,46	88,48	86,80	88,76	
	Rural	72,41	75,59	82,26	82,60	85,97	89,81	87,75	93,16	91,95	
Brasil		Total	95,51	96,26	96,62	96,34	96,68	97,30	98,00	98,45	98,82
		Urbano	99,21	99,42	99,53	99,60	99,64	99,72	99,83	99,84	99,87
		Rural	76,24	79,48	81,02	80,46	82,53	85,27	88,83	91,24	93,29
Acesso à energia elétrica		Total	96,43	96,90	97,22	97,53	98,28	98,62	98,75	99,22	99,74
	Centro-Oeste	Urbano	99,29	99,38	99,65	99,66	99,77	99,83	99,83	99,88	99,93
	Rural	77,53	79,75	82,09	84,06	89,07	90,90	91,55	94,43	98,29	
Goiás		Total	97,48	98,13	98,65	98,44	99,09	99,47	99,42	99,64	99,76
	Urbano	99,39	99,71	99,81	99,72	99,76	99,84	99,84	99,87	99,90	
	Rural	83,89	86,24	90,32	89,19	94,41	96,62	95,80	97,70	98,62	
Brasil		Total	58,47	59,35	59,70	59,37	59,38	60,10	61,99	62,21	62,01
		Urbano	63,15	64,00	64,47	64,53	64,76	65,20	67,01	67,14	66,89
		Rural	21,50	23,75	24,25	25,21	24,95	26,89	30,20	30,51	30,83
Esgotamento sanitário adequado		Total	35,22	36,60	36,67	34,73	35,16	35,42	37,65	40,86	39,31
	Centro-Oeste	Urbano	39,18	39,80	40,86	38,44	39,35	39,60	41,68	44,23	43,31
	Rural	4,10	11,10	7,47	8,94	6,78	7,21	8,68	15,28	9,03	
Goiás		Total	33,43	31,30	32,17	30,74	31,87	32,51	35,88	34,82	37,41
	Urbano	37,00	34,60	36,01	34,40	35,37	36,18	39,80	38,48	41,41	
	Rural	1,75	1,38	0,76	1,27	4,44	2,47	0,49	1,18	3,66	

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		81,49	82,97	83,89	82,81	83,83	84,94	85,83	86,63	87,59
	Urbano		94,29	95,34	95,98	95,70	96,60	97,12	97,59	97,84	98,27
	Rural		14,85	17,38	19,09	20,04	22,56	24,55	26,82	28,78	31,65
Coleta de lixo	Total		84,67	86,18	86,09	86,75	87,14	88,05	88,59	89,41	90,47
	Urbano		95,60	96,52	97,40	97,32	98,00	98,71	98,51	98,83	98,97
	Rural		12,24	14,45	15,50	20,05	20,15	20,12	22,79	21,44	27,75
Goiás	Total		85,75	86,95	88,19	88,03	89,30	89,86	90,74	90,80	91,42
	Urbano		96,36	96,85	98,21	97,46	98,85	98,67	98,54	98,71	99,13
	Rural		10,10	12,69	16,52	19,76	22,18	21,64	23,98	21,30	27,34
Brasil	Total		36,07	37,68	39,09	39,01	39,42	40,76	43,08	43,93	44,22
	Urbano		42,24	43,89	45,30	45,76	46,26	47,48	49,81	50,54	50,58
	Rural		4,01	4,83	5,89	6,19	6,67	7,46	9,37	9,88	10,94
Proporção de domicílios adequados	Total		23,89	25,54	26,59	25,72	25,53	26,82	29,55	31,54	31,12
	Urbano		27,35	28,84	30,51	29,32	29,27	30,63	33,44	35,26	34,58
	Rural		0,93	2,65	2,16	3,04	2,51	2,55	3,72	4,67	5,69
Goiás	Total		23,91	23,63	25,59	24,87	24,13	25,88	29,77	28,05	30,55
	Urbano		27,23	26,70	29,13	28,22	27,46	29,16	33,24	31,20	33,97
	Rural		0,26	0,54	0,26	0,57	0,72	0,48	-	0,24	2,15

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 8
Indicadores de cultura

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	8,31	10,10	11,17	11,92	13,49	16,77	20,31	24,51	28,14
		Urbano	9,84	11,92	13,13	14,20	16,08	19,87	23,92	28,60	32,70
		Rural	0,39	0,45	0,66	0,77	1,06	1,36	2,22	3,41	4,25
Acesso à internet no domicílio		Total	7,58	9,59	11,13	11,42	12,69	15,18	19,36	25,02	29,67
	Centro-Oeste	Urbano	8,65	10,88	12,78	13,00	14,60	17,40	21,92	27,92	32,70
		Rural	0,48	0,65	0,85	1,44	0,97	1,06	2,39	4,12	7,35
Goiás		Total	4,52	6,19	7,55	7,87	8,39	10,96	15,13	18,90	23,41
		Urbano	5,11	6,98	8,51	8,90	9,59	12,33	16,86	20,88	25,74
		Rural	0,26	0,32	0,71	0,41	–	0,32	0,35	1,47	4,02
Brasil		Total	12,46	14,05	15,10	16,17	18,42	22,17	27,07	32,26	36,00
		Urbano	14,63	16,41	17,60	19,08	21,71	26,00	31,45	37,04	41,23
		Rural	1,16	1,53	1,71	1,98	2,68	3,20	5,10	7,57	8,60
Existência de computador no domicílio		Total	11,01	13,37	14,32	15,65	17,85	21,52	26,66	33,08	37,81
	Centro-Oeste	Urbano	12,41	14,94	16,27	17,66	20,26	24,25	29,78	36,37	41,22
		Rural	1,71	2,49	2,13	2,95	2,99	4,15	5,98	9,39	12,60
Goiás		Total	7,36	9,15	10,63	11,76	12,82	16,65	21,69	27,44	31,66
		Urbano	8,21	10,17	11,79	13,15	14,36	18,49	23,89	29,95	34,55
		Rural	1,27	1,50	2,34	1,70	1,98	2,38	2,88	5,37	7,66
Brasil		Total	50,20	51,69	49,74	47,57	46,72	45,47	44,21	43,57	42,34
		Urbano	58,52	59,83	57,42	55,60	54,69	52,83	51,26	50,27	48,77
		Rural	6,86	8,52	8,60	8,46	8,48	8,99	8,86	8,98	8,68
Existência de telefone fixo no domicílio		Total	51,74	55,61	53,77	50,40	46,90	43,52	40,42	41,55	39,71
	Centro-Oeste	Urbano	58,41	62,41	61,09	57,18	53,35	49,17	45,39	46,15	44,02
		Rural	7,52	8,50	8,05	7,64	7,07	7,53	7,54	8,35	7,93
Goiás		Total	49,62	53,98	52,86	48,20	43,92	42,04	38,50	39,03	36,53
		Urbano	56,00	60,62	59,53	54,27	49,57	46,84	42,68	42,85	40,26
		Rural	4,18	4,18	5,15	4,32	4,19	4,80	2,76	5,43	5,57

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	Total		30,98	34,62	38,70	48,39	60,78	65,28	69,54	78,15	81,05
	Urbano		35,07	38,75	43,08	54,21	67,49	71,54	75,54	83,61	86,12
	Rural		9,71	12,69	15,30	20,03	28,58	34,25	39,44	49,94	54,49
Existência de telefone celular no domicílio	Total		35,16	42,30	48,37	61,33	73,77	77,42	78,86	86,80	90,27
	Centro-Oeste		38,14	45,41	51,90	65,19	77,69	80,40	82,66	89,71	92,38
	Rural		15,37	20,74	26,33	36,98	49,62	58,38	65,66	75,78	74,72
Goiás	Total		29,93	37,12	45,44	58,30	71,03	75,55	78,29	85,84	89,86
	Urbano		31,96	39,55	47,73	60,85	73,63	77,34	80,90	87,52	91,34
	Rural		15,45	18,84	29,05	39,83	52,70	61,72	65,95	71,09	77,62
Brasil	Total		89,24	90,27	90,51	90,47	91,53	93,35	94,94	95,78	96,26
	Urbano		93,89	94,38	94,45	94,83	95,81	96,77	97,64	97,95	98,09
	Rural		65,03	68,51	69,39	69,25	71,00	76,40	81,35	84,61	86,69
Existência de televisão no domicílio	Total		89,89	90,50	90,97	91,37	92,79	94,11	94,96	95,62	96,56
	Centro-Oeste		93,13	93,45	93,99	94,10	94,98	95,84	96,76	96,89	97,36
	Rural		68,38	70,03	72,13	74,13	79,29	83,08	83,01	86,51	90,66
Goiás	Total		90,36	91,09	92,34	91,94	93,35	94,85	96,31	96,61	96,88
	Urbano		92,96	93,53	94,32	94,07	94,71	95,89	97,24	97,30	97,50
	Rural		71,80	72,75	78,15	76,48	83,85	86,75	88,33	90,56	91,79
Brasil	Total		88,31	88,14	88,04	87,98	88,28	88,04	88,34	89,16	88,12
	Urbano		89,33	89,21	88,84	89,31	89,56	89,18	89,27	90,19	89,25
	Rural		82,96	82,44	83,75	81,53	82,11	82,40	83,66	83,86	82,18
Existência de rádio no domicílio	Total		84,62	85,46	85,07	85,81	85,67	86,23	85,98	87,36	85,41
	Centro-Oeste		85,30	85,88	85,53	86,27	86,45	86,81	86,06	87,64	85,46
	Rural		80,13	82,49	82,20	82,91	80,90	82,55	85,45	85,40	85,06
Goiás	Total		83,76	84,82	84,88	86,14	84,81	86,00	86,92	87,85	83,29
	Urbano		84,30	85,03	85,07	86,98	85,45	86,21	87,00	88,04	83,13
	Rural		79,96	83,25	83,51	80,03	80,33	84,37	86,20	86,14	84,62

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/lpea.

ANEXO 2

Glossário de indicadores – informações por estados

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Para construção dos indicadores, foram utilizadas as fontes Ripsa/MS e PNAD/IBGE.
- Todos os indicadores com fonte PNAD/IBGE foram elaborados para a população residente em domicílios particulares permanentes.
- O critério utilizado para a classificação da população em urbana e rural para indicadores com fonte PNAD/IBGE é o mesmo para a classificação da situação do domicílio. Como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.
- Pessoas ocupadas: foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período ou que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve etc.
- Pessoas desocupadas: foram classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.
- PEA: as pessoas economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período.
- População não economicamente ativa: as pessoas não economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem como desocupadas nesse período.

DEMOGRAFIA

População residente – PNAD/IBGE

Total de pessoas que tem a unidade domiciliar como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

Taxa de fecundidade – Ripsa/MS

Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por mulher ao fim do seu período reprodutivo, em determinado espaço geográfico.

A taxa é estimada para um ano no calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos.

Método de cálculo:

- A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para cada idade das mulheres residentes de 15 a 49 anos.
- As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos tidos por mulher, por ano das faixas etárias de 15-19, 20-24, 25-29, 30-34, 35-39, 40-44 e 45-49 anos. Essas taxas são estimadas por meio de metodologias demográficas sofisticadas, geralmente aplicadas a dados censitários e a pesquisas domiciliares.

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=a.5&lang=pt&version=ed4>>.

Razão de dependência demográfica – jovens (0 a 15 anos) – PNAD/IBGE

Razão entre o total de pessoas com 0 a 15 anos de idade e o total de pessoas com 16 anos ou mais de idade.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 0 a 15 anos de idade}}{\text{População de 16 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Razão de dependência demográfica – idosos (60 anos ou mais) – PNAD/IBGE

Razão entre o total de pessoas com 60 anos ou mais de idade e o total de pessoas com 16 anos ou mais de idade.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 60 anos ou mais de idade}}{\text{População de 16 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Saldo migratório – PNAD/IBGE

É o saldo entre imigrantes (número de pessoas que entrou) e emigrantes (número de pessoas que saiu) de uma determinada unidade geográfica nos últimos cinco anos.

Método de cálculo:

$$\text{Saldo} = \text{imigrantes} - \text{emigrantes}$$

PREVIDÊNCIA E SEGURIDADE

Cobertura da população idosa – PNAD/IBGE

Proporção (em porcentagem) de idosos com 60 anos ou mais de idade que recebem aposentadoria e/ou pensão de instituto de previdência federal (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), estadual ou municipal ou do governo federal na semana de referência. Para se obter esse dado de cobertura, elimina-se a dupla contagem naqueles casos em que a mesma pessoa recebe aposentadoria e pensão.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 60 anos ou mais de idade que recebe aposentadoria e/ou pensão}}{\text{População de 60 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Proporção de contribuintes na população economicamente ativa – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas economicamente ativas que contribuem para a previdência.

São consideradas as pessoas de 16 anos ou mais que fazem contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho na semana de referência, empregados com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos estatutários, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, além de pessoas que possuíam trabalho secundário da semana de referência, como militar do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica, funcionários públicos estatutários ou que tinham carteira de trabalho assinada nesse trabalho secundário.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{PEA que contribui para previdência}}{\text{PEA}} \times 100$$

Esperança de vida aos 60 anos – PNAD/IBGE

Número médio de anos adicionais de vida que se espera para um sobrevivente de 60 anos, mantido o padrão de mortalidade existente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo: a partir de tábuas de vida elaboradas para cada área geográfica, com base no método atuarial, toma-se o número de indivíduos de uma geração inicial de nascimentos que completou 60 anos de idade (l_{60}). Determina-se, a seguir, o tempo cumulativo vivido por essa mesma geração, desde os 60 anos até a idade limite (T_{60}). A esperança de vida ao nascer é o quociente da divisão de T_{60} por l_{60} .

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=a.12&lang=pt&version=ed4>>.

Percentual das transferências na renda – PNAD/IBGE

Percentual do rendimento de todas as fontes provenientes de programas de transferência de renda. Fazem parte dos programas de transferência de renda: rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal, rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal, rendimento de abono de permanência – e juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos –, que recebia, normalmente, no mês de referência.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma do rendimento proveniente de programas de transferência de renda}}{\text{Soma do rendimento de todas as fontes}} \times 100$$

POBREZA E DESIGUALDADE

Extrema pobreza – PNAD/IBGE

A pobreza é vista como uma condição de insuficiência de renda. Para o cálculo desse indicador, utilizou-se a renda domiciliar *per capita* como referência para a aferição de pobreza na população brasileira. Definiu-se como extremamente pobre a população com renda domiciliar *per capita* (RDPC) abaixo de R\$ 67,07 em 2009, calculando-se assim o percentual de pessoas que vivem nesta situação. Os valores foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e estão apresentados a preços de 2009.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População extremamente pobre}}{\text{População total}} \times 100$$

Renda domiciliar *per capita* – PNAD/IBGE

É a soma dos rendimentos de todas as fontes de todos os moradores do domicílio dividida pelo número de moradores do domicílio. Os pensionistas – locatários de cômodos ou vagas em domicílios –, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos são excluídos do cálculo.

Para o cáculo da renda média de acordo com categorias selecionadas, é feita média das rendas domiciliares *per capita* das pessoas residentes nas categorias selecionadas.

Método de cáculo:

$$\frac{\text{Soma das rendas domiciliares } per\ capita}{\text{Popula o total}}$$

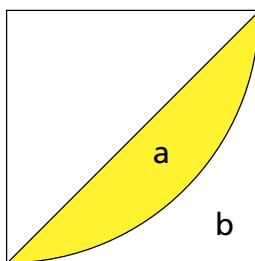
em que a renda domiciliar *per capita*  :

$$\frac{\text{Soma da renda dos moradores de determinado domicílio}}{\text{Número de moradores no domicílio}}$$

 ndice de Gini – PNAD/IBGE

É comumente utilizado para calcular a desigualdade na distribui o de rendimento, mas pode ser usado para qualquer distribui o. Ele consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade de rendimento (em que todos têm o mesmo rendimento) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa tem todo o rendimento, e as demais nada têm). O  ndice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (  igual ao coeficiente multiplicado por 100).

Calcula-se o Coeficiente de Gini como uma razão das áreas no diagrama da curva de Lorenz. Se a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é *a*, e a área abaixo da curva de Lorenz   *b*, então o Coeficiente de Gini é $a/(a+b)$. Esta razão se expressa como porcentagem ou como equivalente numérico dessa porcentagem, que é sempre um número entre 0 e 1.



O Coeficiente de Gini pode ser calculado com a fórmula de Brown, que é mais prática:

$$G = \left| 1 - \sum_{K=0}^{K=n-1} (X_{K+1} - X_K) (Y_{K+1} - Y_K) \right|$$

em que:

G = Coeficiente de Gini

X = proporção acumulada da variável “população”

Y = proporção acumulada da variável “renda”

Se existe perfeita igualdade, então todos têm a mesma renda e pode-se escolher quaisquer dois indivíduos para colocar na fórmula que dará o mesmo resultado. Escolhendo-se o primeiro e o último indivíduo, então $(X_{k+1} - X_k = 1)$ e $(Y_{k+1} - Y_k = 1)$, e G fica igual a 0. No caso de desigualdade máxima, apenas um indivíduo detém toda a renda do país, quaisquer indivíduos escolhidos dará $(Y_{k+1} - Y_k = 0)$, e G fica igual a 1. Esta soma é, então, sempre um número entre 0 e 1.

SAÚDE

Taxa de mortalidade infantil – Ripsa/MS

Número de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo:

Direto:

$$\frac{\text{Número de óbitos de residentes com menos de 1 ano de idade}}{\text{Número de nascidos vivos de mães residentes}} \times 1.000$$

Indireto: estimativa por técnicas demográficas especiais. Os dados provenientes desse método têm sido adotados para os estados que apresentam cobertura do Sinasc inferior a 90% ou que não atingem o valor de 80% de um índice composto, especialmente criado, que combina a cobertura de óbitos infantis com a regularidade do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichas/IDB/record.php?node=c.1&lang=pt&version=ed4>>.

Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) – Ripsa/MS

A taxa de homicídio masculina faz parte da taxa de mortalidade específica por causas externas, que é o número de óbitos por causas externas, no caso, homicídios, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Número de óbitos de homens jovens por homicídios}}{\text{População de homens jovens ajustada ao meio do ano}} \times 1.000$$

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichas/IDB/record.php?node=c.9&lang=pt&version=ed4>>.

TRABALHO E RENDA

Taxa de desemprego – PNAD/IBGE

Percentual da população residente economicamente ativa que se encontra sem trabalho na semana de referência.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População desocupada de 16 anos ou mais}}{\text{PEA de 16 anos ou mais}} \times 100$$

Rendimento médio do trabalho – PNAD/IBGE

É a média do rendimento mensal de todos os trabalhos para pessoas de 16 anos ou mais de idade. Consideraram-se apenas os ocupados com renda maior do que zero.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma do rendimento mensal de todos os trabalhos da população de 16 anos ou mais}}{\text{População ocupada de 16 anos ou mais, com rendimento maior do que zero}}$$

Taxa de participação – PNAD/IBGE

É o percentual das pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{PEA de 16 anos ou mais}}{\text{População de 16 anos ou mais}} \times 100$$

EDUCAÇÃO

Média de anos de estudos – PNAD/IBGE

A média de anos de estudos fornece a média de séries concluídas com aprovação por uma determinada população.

Os anos de estudos, ou grau de instrução, foram obtidos a partir da série e do grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação está relacionada a um ano de estudo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma dos anos de estudo da população de 15 anos ou mais}}{\text{População de 15 anos ou mais}}$$

Taxa de analfabetismo – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas analfabetas, ou seja, que não sabem ler e escrever. Considerou-se como alfabetizada a pessoa de 15 anos ou mais de idade capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População que não sabe ler e escrever de 15 anos ou mais}}{\text{População de 15 anos ou mais}} \times 100$$

Taxa de frequência à escola ou creche das crianças de 0 a 5 anos – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 0 a 5 anos que frequenta escola ou creche.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 0 a 5 anos que frequenta escola ou creche}}{\text{População de 0 a 5 anos}} \times 100$$

Taxa de frequência líquida à escola – ensino fundamental (6 a 14 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 6 a 14 anos que está no nível de ensino adequado a essa faixa etária, ou seja, ensino fundamental.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 6 a 14 anos que frequenta o ensino fundamental}}{\text{População de 6 a 14 anos}} \times 100$$

Taxa de frequência líquida à escola – ensino médio (15 a 17 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 15 a 17 anos que está no nível de ensino adequado a essa faixa etária, ou seja, ensino médio.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio}}{\text{População de 15 a 17 anos}} \times 100$$

Proporção de jovens que frequentam a universidade ou estão formados (18 a 24 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 18 a 24 anos que frequenta a universidade ou já está formada.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu ensino superior, ou frequenta ou já frequentou mestrado ou doutorado}}{\text{População de 18 a 24 anos}} \times 100$$

SANEAMENTO E HABITAÇÃO**Abastecimento adequado de água – PNAD/IBGE**

Proporção da população residente em domicílios com abastecimento adequado de água.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios em que a proveniência da água é de rede geral de distribuição para área urbana, ou de rede geral, poço ou nascente para área rural}}{\text{População total}} \times 100$$

Acesso à energia elétrica – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios com acesso à energia elétrica.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios cuja forma de iluminação é elétrica}}{\text{População total}} \times 100$$

Esgotamento sanitário adequado – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios cobertos com serviços de esgotamento sanitário adequados.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios servidos por rede coletora ou fossa séptica ligada a rede coletora para área urbana, ou servidos por rede coletora, fossa séptica ligada a rede coletora ou fossa séptica não ligada a rede coletora para área rural}}{\text{População total}} \times 100$$

Coleta de lixo – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios atendidos por serviços adequados de coleta de lixo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente atendida, direta ou indiretamente, por serviço regular de coleta de lixo no domicílio}}{\text{População total}} \times 100$$

Domicílios adequados – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios considerados adequados.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados, e que têm até dois moradores por dormitório}}{\text{População total}} \times 100$$

CULTURA

Acesso à internet no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com acesso à internet.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com acesso à internet}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de computador no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com computador.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com computador}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de telefone fixo no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com telefone fixo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com telefone fixo}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de telefone celular no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios em que pelo menos um morador possui celular.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com celular}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de televisão no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com televisão.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com televisão}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de rádio no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com rádio.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com rádio}}{\text{População total}} \times 100$$

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Njobs Comunicação

Supervisão

Cida Taboza

Inara Vieira

Thayse Lamera

Revisão

Ângela de Oliveira

Cristiana de Sousa da Silva

Lizandra Deusdarã Felipe

Regina Marta de Aguiar

Editoração

Marília Assis

Capa

Jonatas Bonach

Projeto gráfico

Anderson Reis

Jonatas Bonach

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Tiragem: 500 exemplares

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.



SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

